

Existe o Nordeste?

(gênese de sua invenção como região)^(*)

EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES^(**)

I

NOTÍCIA DAS GENTES DE NORDESTE

«No sentido do povoamento podíamos (e até certo ponto podemos ainda) considerar a formação do Brasil como a de um vastíssimo arquipélago de ilhas humanas que só acham contacto pelo caminho do mar. O sertão, as florestas, até alguns rios inavegáveis e principalmente o defeito de escassa colonização, repartem o território em grupos distantes e quase incommunicáveis desde a época colonial.»

JOÃO RIBEIRO
História do Brasil (1900)

Pode parecer estranho aos menos afeitos às coisas da historiografia antiga o fato de este texto principiar pelo uso do termo **notícia**, que pode remeter o leitor a um desvio semântico. Eu o escolhi, porém, expressamente, para evocar sua velha acepção de 'conhecimento, informação, memória', etc. ou, conforme nos ensina a autoridade de Frei Domingos Vieira, em seu célebre *Tesouro da Língua Portuguesa*: «Termo da Antiguidade. Título de alguns livros antigos que davam um conhecimento minucioso de

^(*) Na sua primeira versão, este ensaio fazia parte, como capítulo, do livro organizado por Marleine Paula Marcondes e Ferreira de TOLEDO, *Cultura Brasileira – O jeito de ser e de viver de um povo*, São Paulo: Nankin Editorial, 2004. A presente versão, com modificações, vem ampliada em seu texto e foi acrescida de uma bibliografia sobre o tema que não existia na primeira.

^(**) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

cargos, dignidades, lugares, caminhos de um país». Em suma, em nosso caso, notícia ou relato das gentes *nordestinizadas*.

Mas este não constitui, por certo, o lugar adequado para produzir análise teoricamente densa que permita desvelar as relações de força e os dispositivos de poder que atravessam os discursos e as práticas sociais que compuseram a invenção, historicamente recente, da idéia de “Nordeste” brasileiro em seus equívocos e contradições. Não obstante, pretendo indicar algumas pistas que possibilitem iluminar o caminho de sua relativa desconstrução.

Eis também por que opto por um estilo de **notícia** mais leve ou sutil, que acentue seu caráter de crônica ou relato fundamentado em depoimento mais pessoal, de quem, posto tenha vivido parte de sua vida como cidadão do planeta Terra, chantou o melhor de suas raízes existenciais no território sugerido pelo título acima e a ele dedicou o melhor de seus estudos, sem perder a perspectiva de conjunto e comparativa da entidade chamada Brasil.

* * *

Tentarei, pois, evocar a seguir algumas de minhas experiências pessoais relacionadas com esta temática de que me ocupo aqui. Serão tão-só pequenos cenários no fluxo da memória dessa vivência, mas que servirão de preliminar às reflexões que se seguirão.

a) Humpty Dumpty e o Mar mutante do Brasil

Recordo ainda claramente uma cena de minha primeira infância, quando, ao final da tarde, minha mãe mandava proceder ao asseio e, já vestido, permanecia na calçada de nossa casa a esperar com alegria a chegada de meu pai retornado do trabalho. Quase sempre, nessas ocasiões, portava eu uma blusa de seda branca ou creme e calças curtas de veludo *azul marinho*. Essa cor sempre me causava alguma estranheza, visto que o mar que eu conhecia era verde, *os verdes mares bravios de minha terra natal, que brilhavam como líquida esmeralda*, conforme aprendi mais tarde no poema fundador de meu pequeno país natal. Somente no fim da adolescência, em minha primeira viagem ao Rio de Janeiro, com minha mãe que ia visitar suas irmãs, para aí migradas, foi que

vi pela primeira vez aquilo a que chamavam de *azul marinho*, quando o avião alçou vôo de Salvador. Principiei então a compreender que quem manda na sociedade humana é em primeiro lugar um semiocrata que impõe sua ordem semântica, determina a produção social do sentido, mesmo contra o testemunho evidente dos sentidos. O que me faz evocar agora o diálogo insólito, porém verdadeiro, entre Humpty Dumpty e Alice:

– «Quando **eu** emprego uma palavra», replicou Humpty Dumpty num tom de voz cheio de desdém, «ela significa exatamente aquilo que quero que ela signifique... nem mais, nem menos».

– «Mas a questão», diz Alice, «está em saber se vós **podeis** fazer que as palavras signifiquem outra coisa que o que elas querem dizer».

– «A questão», respondeu Humpty Dumpty, «está em saber quem será que manda... eis tudo». [Lewis Carroll, *Through the Looking-Glass, and what Alice Found there* (Através do Espelho e o Que Alice achou ali)].

E a Bahia, onde o Brasil nascera, era assim o divisor de águas entre as Províncias do Norte e as do Sul.

b) O Padeiro e sua Geografia local

Bem mais tarde, já formado em Letras, li esta curiosa notícia que nossos irreverentes modernistas divulgaram numa seção chamada mui significativamente «**Brasiliana**», do número 2 da *Revista de Antropofagia* [São Paulo, Anno I – Nº 2, 1928], e isso me fez ressurgir dos refolhos da memória outra reminiscência da infância:

COMÉRCIO

Telegrama de Fortaleza para a *Folha da Noite* de S. Paulo, n. de 11.2.928:

«As padarias que se encontravam em greve acabaram com essa situação. Mas prometteram que se forem multadas novamente, por qualquer motivo, mesmo que seja fraude no peso do pão, voltarão a fechar os estabelecimentos».

Com efeito, esse primor de atitude malsã ocorria num tempo em que tais estabelecimentos, em Fortaleza, eram em sua maioria de lusitanos, como a Padaria *Brasil*, do simpático Sr. Siqueira, próxima à casa paterna. Naquele tempo, segunda metade dos anos 1940, a tarefa de comprar o pão consumido na família se fazia num rodízio semanal entre os irmãos. Assim, quando chegava meu turno, lá ia eu duas vezes ao dia cumprir aquela rotina que se acumulava às obrigações escolares. Nas tardes de sábado, porém, o ritmo era quebrado pela pequena multidão que se comprimia junto ao balcão. A natural curiosidade de criança, aguçada pela ocasião, levava-me astutamente a burlar a vigilância e penetrar no setor de fabricação das massas. Então, observava, mexia, indagava. De uma feita, tendo lido o rótulo *«Talharim com ovos»*, nos sacos à espera do macarrão que secava estendido no varal, perguntei ao padeiro encarregado da seção, com alguma desconfiança, mas com bastante inocência: – *«Vocês põem, realmente, ovos nesse talharim?!»*. E ele me olhou do alto de sua posição de adulto e disse com desprezo: *«São Paulo, que é São Paulo, não bota ovos nessa porcaria, quanto mais aqui no Brasil!»*. Obviamente, não ri de sua geografia particular, mas aquela foi decerto uma de minhas experiências primordiais desse brasílico caleidoscópio mental e cultural.

c) E «existiriam mesmo Sergipanos?!»

Em julho de 1960, estudante em Paris desde o ano anterior, onde fora fazer uma especialização na Sorbonne, aproveitei as férias do verão e empreendi longa viagem pela Europa e sobretudo pela Itália. Um dia, estava eu prazerosamente a apreciar o movimento de gentes e pombos na Praça de São Marcos, em Veneza, depois de ter deixado a Áustria para trás, quando vejo aproximar-se um colega gaúcho, que eu conhecia da Cidade Universitária de Paris. Recordo que a certa altura a conversa girou em torno do Brasil e de suas diversidades regionais, mas também de suas similitudes. De súbito, ele me perguntou com clara sinceridade: *«Existem mesmo Sergipanos? Durante os trinta anos de minha existência e andanças por toda parte, jamais cruzei com um Sergipano!»*

Pobre Estado desconhecido! – a velha Capitania de Sergipe d'El Rei, subordinada politicamente à Bahia até 1820 e Província autônoma a partir de 1823 – na sua grandeza pequena possui uma densidade demográfica superior à média nacional, seu subsolo, incluindo a plataforma continental, é rico em petróleo e gás natural, cuja produção constitui uma das maiores do país (sobretudo em Carmópolis); o estado abriga também as maiores reservas nacionais de sal-gema e de potássio; é a pátria de Tobias Barreto, de Sílvio Romero, de João Ribeiro, de Manoel Bomfim, de Jackson de Figueiredo, de José Calasans e tantos outros espíritos em destaque na cultura deste País (para mencionar apenas figuras que já se foram e omitindo os que hoje se destacam também em territórios mais científicos do saber); e cujas gentes só vim a conhecer de fato quando em 1981 participei do célebre simpósio de estudos folclóricos de Laranjeiras, próxima de sua bela capital, Aracaju, primeira cidade do Brasil a nascer de um planejamento urbanístico. Naquele instante veneziano, tive nítida consciência do tamanho do arquipélago de culturas nacional e o de nossa ignorância.

d) Preconceitos contra “nordestinos” em São Paulo

Há exatamente meio século, ou mais precisamente no dia 6 de setembro de 1955, o jornal *O POVO*, de Fortaleza, por certo um dos melhores da cidade, transmitia uma notícia insólita que recolho a fim de reproduzi-la *ipsis litteris* a seguir:

«O governador de São Paulo, **Jânio Quadros**, vem recebendo denúncias sobre a existência, em São Paulo, de preconceito não só contra os negros, mas contra os nordestinos. Várias firmas daquele estado não estão aceitando empregados de cor e “pau-de-arara”. **Jânio** repudiou o procedimento ilegal e solicitou dos denunciante fatos concretos a fim de poder autorizar as autoridades policiais repressão com sanções legais. Dentro de alguns dias, o secretário de Justiça, **Marrey Júnior**, reunirá os representantes das Associações de Cor e Centros Nordestinos, para um amplo debate, onde serão assentadas as providências para que

seja evitada a discriminação ilegal. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, já foi denunciada como procedendo a “Société Sucrerie Brésilienne”, em Piracicaba, como organização que não aceita nordestinos. Outras denúncias contra as empresas de São Caetano, foram levadas ao governador paulista.”

e) Nordeste vendido ao Japão por US\$ 250 bilhões!

No capítulo LIV, intitulado «Das Vãs Sutilezas», de seus *Ensaïos*, Montaigne nos adverte em sua sabedoria: «*Os homens recorrem por vezes a sutilezas fúteis e vãs para atrair nossa atenção. (...) A infância e a decrepitude têm em comum a simplicidade de espírito. (...) Pode-se afirmar, com alguma plausibilidade, que existe a ignorância abecedária que precede a ciência e uma outra, doutoral, que vem após a ciência: ignorância esta que a ciência produz e engendra, assim como desfaz e destrói a primeira*».

Evoquei esta sábia reflexão quando, em momento bem mais atual, janeiro de 1988, li espantado, matéria da imprensa de Brasília, que dava corpo a esta manchete: «*Economista sugere a salvação do Brasil*», e, em seguida, sabia-se como: pela venda do Nordeste ao Japão por 250 bilhões de dólares! E o jornalista comentava: Mesmo que fosse brincadeira, não dava para rir. Mas a proposta foi divulgada a sério: com base nos estudos geopolíticos dos generais Golbery do Couto e Silva, e Meira Matos, o economista Amaury Fassy, que é graduado em política tecnológica e é um dos idealizadores do Proálcool, defende a venda ou alienação do Nordeste ao Japão..., como única alternativa para salvar o Brasil da crise econômica. O assunto ocupava uma página inteira do *Jornal de Brasília*, que resume sua tese publicada em livro, excluindo da venda apenas a Bahia.

Seria deleitável expor suas “explicações”, se não fosse tão longo abusar da paciência do leitor. Como quer que seja, resumo como posso suas palavras. Na atual etapa do capitalismo mundial mediante o endividamento e desorganização da economia interna – inflação, baixa poupança e desemprego estrutural sem precedentes na História –, o Brasil irá regredir no rumo de uma

“argentinização” e a única alternativa para continuar a ser potência e aumentar o bem-estar da população está na tese anunciada. Indagado por que o Nordeste, ele diz que, excluía a Bahia, os demais estados (5, segundo ele) representam menos de 1/3 da população do país e 10% do PNB, com 40 milhões de pessoas na sua maioria vivendo de subemprego e condições subumanas. Indagado como ficariam os cidadãos da região, ele argumenta que na troca de soberania, seria acordado que estes teriam dupla cidadania – japonesa e brasileira – e que as propriedades privadas seriam respeitadas, sendo que em caso de necessária utilização, seriam indenizadas a preço de mercado. Perguntado se não configuraria crime cultural entregar uma região a outra nação, ele replica ser evidente que tal mecanismo acarretará modificações do gênero, porém, não acredita em cultura regional e o Japão tem mostrado historicamente sua grande competência em dominar recursos naturais e de se mesclar com o povo brasileiro. Também indagado se o Nordeste decidisse ficar do lado de cá, ele responde que o problema básico do homem sendo alimentar-se, constituir família, trabalhar e ter seu grau de liberdade, os japoneses realizariam investimentos maciços e resolveriam essas exigências, e que o Brasil é que se deve cuidar para não haver migração para o lado de lá. Perguntado ainda sobre a razão de excluir a Bahia, ele afirma: para que possamos preservar esses valores culturais e para se fazer História, já que a Bahia é a simbiose de todos os Estados brasileiros, inclusive a negritude, que é responsável pela maior parte de nossa cultura artística. Enfim, indagado se não temia ser tachado de nazista por propor a venda de uma região, ele diz que correrá o risco, por ser brutal o nacionalismo brasileiro, e sendo o Nordeste um cancro que nada produz e ainda esvazia os cofres públicos do País com a centenária indústria da seca, o seu projeto parte do princípio de que a sociedade moderna acaba com o conceito de nação, pois a ciência e a tecnologia liquidaram as barreiras do nacionalismo xenófobo...

Acredito suficientes esses poucos cenários que respiguei da memória pessoal sobre minha vivência quotidiana de brasilidade para ilustrar a confusão em que estamos mergulhados, em especial depois que a nossa tradição letrada **inventou**¹, com todas as letras e demais componentes ideológicos e políticos, a existência disso que passou a ser chamado o “Nordeste” e os “nordestinos” – falácia que, de tanto repetida, passou a ser incorporada pelas próprias gentes *nordestinas*, que terminaram por *se deixar nordestinizar* e foram *nordestinizadas*. Ora, como não existem ou nunca ouvimos falar de *noroestinos*, *sudoestinos* e muito menos *sudestinos*, pode-se com toda justiça desconfiar que haja mais coisas por trás dessa invenção do que declaram as litâneas de suas práticas discursivas e sociais a seu respeito. É disso que me ocuparei um pouco na segunda parte deste ensaio.

Todavia, penso que pude tirar legítimas conclusões dessa experiência aqui parcialmente ilustrada: a de que a realidade se apresenta cambiante, não só por suas transformações próprias, mas também conforme os interesses dominantes de cada época em seus padrões de subjetivação, pois tal como dizia Caminha em sua célebre carta ao Rei de Portugal, referindo-se às interpretações que faziam das indicações indígenas sobre a existência de ouro naquela nova terra: *«Isso tomávamos nós assim por assim o desejarmos»*; e que, portanto, um ponto de vista é apenas a vista que se tem a partir de um ponto. Assim, são sempre plurais as leituras possíveis do real. E, mais do que razões de natureza lógica ou epistemológica, são atos de poder que fundam um saber. Eis por que, pessoalmente, pratico o que chamo uma *epistemologia da desconfiança* que me faz pôr sob suspeita mesmo as crenças teóricas ditas científicas, que recortam supostamente diferentes níveis de realidade objetiva e que nascem da fé na existência de um

¹ A despeito de seu autor se enleiar com a equívoca e suspeita noção de “identidade” nacional ou cultural, não resta nenhuma dúvida que constitui excelente fonte sobre a temática de que me ocupo aqui o livro de Durval Muniz de ALBUQUERQUE JR.: *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana / São Paulo: Cortez Editora, 1999.

sujeito universal, único e racional, o qual detém a chave da transparência do real e cujos dados ou documentos lhe proporcionam a essência ou natureza das coisas segundo o horizonte de visão positivista. Prático tal epistemologia porque creio na multiplicidade dos modos de consciência, em virtude do processo cognitivo que nasce da fusão entre ciência e estética, história e mito – componentes da construção do imaginário social.

II

RASTROS DESSA INVENÇÃO HISTÓRICA

«Encontro nessa voz do Norte uma tal afirmação de personalidade, de originalidade, de caráter, que a escola de ascetismo e de sofrimento, por que tem passado até hoje, vai ser, seguramente, um dos fundamentos do nosso futuro e a garantia mais autêntica de defesa contra os perigos que nos ameaçam.»

Tristão de Athayde

Durante os quatro primeiros séculos de nossa formação, prolongando-se pelas primeiras décadas do século passado, o Brasil foi progressiva e consistentemente pensado e percebido segundo **dois eixos principais**: um, mais cultural e socioeconômico conforme estilos de vida e modos de agir, distinguia e opunha as formações sociais e modos de produção entre *Litoral* e *Sertão* (Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, etc.); e o outro, mais geográfico e político, porém representando também uma síntese dos dois grandes espaços nacionais, era aquele que dividia o Brasil entre o *Norte* e o *Sul*, tendo a Bahia por centro. Esses dois eixos estruturavam os pólos de nossa realidade no espaço cognitivo do pensamento brasileiro.

Portanto, essa matriz ou paradigma de linguagem e pensamento serviu à inteligência brasileira e às nossas relações socio-culturais até mais ou menos fins dos anos 1930. Os padrões de

conduta dominantes de nossa formação, mais especialmente com o desafio e a experiência de modelagem de uma nação que se tornara politicamente independente, porém herdeira de pesado legado colonial, tendiam para a autonomia de suas províncias e mesmo para impulsos separatistas, que se exacerbaram no período regencial. Com o golpe da Maioridade e a longa duração do segundo reinado, a Corte no Rio de Janeiro exerceu as funções de centro motor e produtor de uma cultura em processo de nacionalização, e garante da relativa estabilidade de nossa unidade.

Grosso modo, foi esse o nosso perfil no período considerado. Mas nenhuma sociedade é uma harmonia estável. Toda sociedade é antes um campo de forças antagônicas em permanente processo de transformação, ora intenso e rápido, ora mais suave e lento.

Com efeito, quando em 1930 a Sociedade Capistrano de Abreu publicou uma das mais importantes obras² desse eminente renovador da moderna historiografia brasileira, compendiaava textos seus dispersos entre 1884 e 1917: articulava assim seu esforço para exumar da documentação por quais vias foram se intercomunicando as várias partes do que veio a ser o Brasil, de modo a assegurar a conquista e ocupação de seu vasto território para muito além das restrições da linha de Tordesilhas, que o período filipino e holandês ajudou a desrespeitar. O que mais impressiona o leitor atento deste e de outros trabalhos do autor é o arguto senso crítico de pesquisador, armado de questionamentos múltiplos e de profundos conhecimentos geográficos bebidos em seu tempo de autores, sobretudo, alemães, que estudou e traduziu para o vernáculo, ampliando-lhes as obras no concernente ao Brasil. Isso o levou à compreensão de que, historicamente, o território de uma nação não se pode confundir com a ilusória imagem propiciada pela cartografia acabada de manuais escolares de hoje; mas que constitui antes lento e cruento processo de destruição e reconstrução

² Cf. ABREU, J. Capistrano de: *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*. Edição comemorativa dos 150 anos de nascimento de Capistrano de Abreu (1853-1927). Estabelecimento do texto e Apresentação de Eduardo Diatahy B. de Menezes. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

mediante lutas e conquistas que foram desenhando aos poucos o perfil sociocultural do chão desta nação e o retrato multiforme de um povo de perfil policrômico e arlequinesco, que se configurou pelos conflitantes encontros de etnias que participaram dessa humana aventura. Eis por que, excluindo de sua síntese os territórios das fronteiras que obedeciam a outras considerações, Capistrano parte de indagação metodológica inicial, apoiada numa metáfora aquática, pois sabia que os rios constituíam as estradas móveis preferenciais dessa conquista dos sertões:

«pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais, como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?»

Em seguida, fundamentando conclusões de que alguns movimentos principais de cujos focos – de São Vicente (e posteriormente de São Sebastião), da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão, e mais tarde as bandeiras amazônicas – partiram as penetrações que completaram a nossa arquitetônica no início do século XVIII, ele termina por formular esta questão crucial: *«Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade?»*

Àquela época, parece certo que ainda não. Noutros termos, se o conjunto do território nacional já estava relativamente conquistado, suas configurações e fronteiras internas ainda constituíam um processo em construção. Cito um belo exemplo: quando em outubro de 1810, no Brasil sede da monarquia portuguesa, o cidadão inglês, Henry Koster, que habitava em Pernambuco, inicia suas jornadas pela região até empreender uma viagem meio louca em demanda do Maranhão, por cento e cinquenta e seis léguas e meia a cavalo, em tempo de seca, atravessando agreste, praia, caatinga, tabuleiro e sertão, até Fortaleza, onde repousa e só retorna em 1811; viajou anotando tudo, seres humanos, raças, paisagens, animais bravios, plantas, natureza dos terrenos, trabalhos agrícolas, produtos, pecuária, crianças, almas-do-outro-mundo, costumes, indumentária, alimentos, festas e folguedos, etc.; depois

publicou em Londres (1816)³ o esplêndido e minucioso relato de suas alegrias e desventuras⁴. Podemos observar que ao sair do Rio Grande do Norte em direção ao Aracati (que se torna depois uma das cidades principais do Ceará Grande), levava carta de recomendação do governador do território de onde provinha, tal a indefinição de fronteiras e relações entre os habitantes daquelas províncias.

Voltemos à dúvida crucial de Capistrano sobre a existência de uma nacionalidade, após três séculos de formação dispersiva.

³ KOSTER, Henry: *Viagens ao Nordeste do Brasil* [**Travels in Brazil**]. Tradução e notas de Câmara Cascudo. Col. "Brasílica" – 221. São Paulo: C.E.N., 1942. A despeito da bela edição produzida por Cascudo, é de notar-se o anacronismo que comete ao alterar o título original da obra, quando a área percorrida pelo viajante inglês constituía ponto primordial do que era conhecido então como Brasil e não um suposto "Nordeste".

⁴ Não resisto à tentação de reproduzir aqui algumas de suas observações sobre nosso povo: «Os trabalhadores dos canaviais nos distritos vizinhos, perto da costa, e os pescadores, têm caráter semelhante, todavia falam mais favoravelmente dos primeiros que dos últimos, e eu confesso que prefiro como criado um homem que tenha sido plantador de mandioca àquele cuja vida se passou sobre uma jangada. Essa gente, dizem, é menos corajosa, menos sincera e menos hospitaleira que os sertanejos, mas são geralmente menos vingativos, mais obedientes e mais facilmente dirigidos e mais religiosos, e embora seus conhecimentos sejam muito limitados, a freqüente comunicação com Recife e outros portos, os tornam mais sabedores do que se passa no mundo do que os habitantes do interior. (...) Às vezes um dos meus vizinhos, em Itamaracá ou Jaguaribe, chegava no momento em que eu estava lendo e ficava surpreso por saber como me divertia com aquela ocupação. Recordo que um amigo exclamou: – "Não és padre, e sempre estás lendo. É breviário que lê?" Noutra ocasião soube que gozava fama de santo, entre a gente de cor dos arredores, pelo fato de estar sempre lendo (*Dizem que Vm. é muito santo*). A pessoa que sabe ler, escrever e contar, atingiu às alturas da perfeição e é muito respeitada, e depois desses últimos anos é visto de maneira inferior o homem que não sabe todas as coisas. As mulheres especialmente tomam elas próprias muita vantagem desse estado que as coloca no mesmo nível de seus maridos. Falando sobre o caráter geral do povo livre, não incluo os senhores de engenho, cujos conhecimentos são, algumas vezes, consideráveis, e os indígenas, inteiramente separados, devido seu estado de degradação, todavia faço incluir as pessoas brancas dos pequenos proprietários. É surpreendente notar, com evidente prazer, a pequenina diferença que se faz entre um branco, um mulato e um negro, se eles são todos pobres ou se nasceram livres. É surpreendente porque nas colônias da Inglaterra, França e Holanda, as distinções são decidi-

Quando em 1907 ele publica sua obra principal⁵, seu capítulo final «Três Séculos Depois», realiza um balanço crítico, estribado em consistente documentação que ele próprio desencavara ou que conhecia como poucos, mediante observações preciosas acerca de nossa sociedade, na perspectiva de nosso questionamento. Tal capítulo, em seu estilo enxuto e de andamento inesperado, se inicia de chofre pelo quadro da situação considerada:

«Três séculos depois do descobrimento os habitantes do Brasil exprimiam-se por sete Algarismos. Repartidos na superfície reclamada como sua pela metrópole, tocavam dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo. A população ocupava a marinha desde Marajó até o Chuí, e uma e outra margem do Amazonas desde a foz a Tabatinga e ao Javari. Nos tributários desta bacia os povoados, de preferência estabelecidos nos caudais de água preta, paravam a pouca distância da barra, exceto no rio Negro, onde preocupações de limites tinham requintado a expansão natural, no Madeira, Tapajós e Tocantins, ligados a Mato Grosso e Goiás. Desde Piauí, à linha singela do litoral correspondiam uma ou mais linhas interiores de povoamento nas beiras dos rios e nos chapadões do Parnaíba, do São Francisco, do Paraná e regiões intermédias. Estas linhas, interrompidas a cada instante, melhor se diriam *pontos indicando um traçado a realizar*. [O grifo é meu].

damente marcadas, e no meio dos Espanhóis as linhas estão estabelecidas entre as várias gradações de cor.»[p. 399-400]. E páginas à frente, ele registra a dor de sua partida do Brasil: «Pouco tempo depois recebi notícias da Inglaterra que tornavam necessária minha volta ao lar. Abandonei com relutância meu desejo de residir no Brasil... Era preciso possuir grande resolução para deixar o povo, a terra e tudo quanto me interessava, meus negros, e os homens livres, meus cavalos, meus cães e também meus gatos e galinhas, a casa e o jardim que eu improvisara e ia cultivando, e os campos que limpava e ia semeando. Tudo isso, confesso, me custava muito sofrimento deixar... Tornar-me-ia bem depressa um lavrador do Brasil». [p. 417].

⁵ Cf. ABREU, J. Capistrano de: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu – Livraria Briguiet, 1954, [Sem dúvida, a melhor edição dessa obra capital de nossa historiografia moderna. Traz importante prefácio de JHR].

Observando a distribuição geográfica dos povoadores notavam-se duas correntes fáceis de distinguir. A corrente espontânea do povoamento tendia à continuidade e procurava a periferia a Oeste, ao Norte e ao Sul. A corrente voluntária, determinada por ação governativa, ambição de territórios ou vantagens estratégicas, aparecia salteada e desconexa, e começando da periferia procurava rumos opostos. Nas terras auríferas a ocorrência irregular dos minérios trouxe primitivamente a desconexão dos núcleos, mais tarde corrigida onde foi possível». [p. 305-306].

Desse modo, depois de caracterizar cada uma das cinco regiões – a bacia amazônica, o Sul, o litoral, o centro, “os sertões de fora” pernambucanos (desde Paraíba até o Acaracú⁶ no Ceará) e “os sertões de dentro” baianos (desde o rio São Francisco até o Sudoeste do Maranhão) – e os tipos humanos característicos de cada uma delas, Capistrano não deixa praticamente nenhum aspecto de sua vida coletiva e cultural sem passar por seu crivo analítico de nítido perfil etno-histórico: a composição étnica da população, as atividades econômicas, as *drogas*, o gado, a agricultura, como e o que comiam, como dormiam, as lutas de famílias, manifestações da cultura material e simbólica, as festas populares e religiosas, as feiras, os hábitos e costumes, homens e mulheres, a frugalidade de vida nas fazendas e sua autarquia, a mineração, a abundante presença de padres, frades e irmandades, as crenças, o gosto musical, os maiores centros comerciais, a escravidão, os mulatos, os brancos, a educação, as casas, as ruas e a saúde pública, a caracterização dos tipos regionais, enfim a vida social sem agremiações e poucas manifestações coletivas, e a ausência de consciência nacional. Ressalta daí com nitidez sua tese básica de que, desde os «Antecedentes Indígenas» [capítulo I] até vésperas da Independência, *havia muitos Brasis na diversidade de seus modos de ser e de viver*, em suas características e em seu isolamento; múltiplos Brasis que, subordinados a forças centrífugas e dissolventes, constituíam o produto dos três séculos de colonização. Ou nas

⁶ Hoje, Acaraú, importante vale do rio de mesmo nome, ao norte do estado.

palavras com que encerra o livro e que traziam implícita acerba crítica à Metrópole que mantinha inalterada a situação de indigência colonial:

«Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam... É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania... Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal. (...) Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua [portuguesa] e passiva da religião [católica], moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular – eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos». [p. 337-338].

Assinale-se desde logo que Capistrano jamais se refere à existência de algo parecido com uma “região Nordeste”. Temos aí clara a matriz de pensamento – imagética e discursiva – configurando uma realidade múltipla e diferenciada dentro dos eixos que contrapunham o *Norte* e o *Sul*, o *Litoral* e o *Sertão*, e suas transições. Nesse sentido, tomo a seguir mais alguns exemplos dessa perspectiva dominante em nossa tradição letrada, para ilustrar a persistência do paradigma que regulava nossos códigos de percepção. Embora já desde anos anteriores e mais especialmente a partir dos anos 1920 esboçavam-se paralelamente outras tendências que, exprimindo-se mediante formulações discriminatórias, prefiguravam a invenção de uma suposta “região Nordeste” como unidade sociocultural problemática, tendências cuja melopéia discursiva a associava automaticamente a um quadro de secas, miséria, violência, coronelismo, cangaceirismo, fanatismo, messianismo, atraso, etc.

Retiro, pois, outro exemplo emblemático de um intelectual brasileiro que exerceu por longos anos profunda influência nas

diretrizes de nosso pensamento social: bem antes de escrever e publicar sua obra *A Voz de Minas – ensaio de sociologia regional brasileira*, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) tentou, em diferentes momentos e circunstâncias diversas, num registro discursivo típico do ensaísmo, a elaboração de uma caracterização da alma nacional brasileira, expondo-a em curto ensaio, com mais de uma versão e publicado com modificações em pelo menos quatro ocasiões⁷.

Não obstante, a despeito dessas variações, o ensaio reproduz a referida matriz, inserindo no entanto aos dois eixos tradicionais um terceiro, de perfil mais sociológico, opondo *cidade* e *campo*. Assim, após suas reflexões preliminares, passa decididamente ao seu quadro analítico básico ao buscar o que chama de «certas linhas divisórias mais gerais que seriam como que os grandes setores psicológicos do povo brasileiro e que apresentam certos caracteres próprios e diferenciados entre si», os quais segundo ele podem ser agrupados em «em **três** dessas grandes famílias psicológicas:

- a) o litoral e o sertão;
- b) a cidade e o campo;
- c) o Norte e o Sul»

Além disso, ele enriquece o esquema ao observar que cada uma dessas diferenciações admite uma situação intermediária, como seja o *Centro*, entre o Norte e o Sul; o *Interior*, entre o litoral e o

⁷ Apresentado primeiro como conferência – «Psicologia do Povo Brasileiro» –, em 9 de setembro de 1933, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, é publicado no ano seguinte em sua *Revista*, n.º 60, 1934: 119-239; no mesmo ano, é reproduzido com o título «Traços da Psicologia do Povo Brasileiro», na revista *A Ordem* (Rio, fevereiro, 1934); dez anos depois, é incluído com este título e algumas modificações em seu livro *Humanismo Pedagógico* [Rio: Stella Editora, 1944, p. 91-116]; e, finalmente, com este mesmo título, porém contendo cortes, acréscimos e adaptações, é incluído em seu livro *Introdução à Literatura Brasileira* [Rio: Agir, 1956], originado da versão do ensaio que foi apresentado no IV Congresso de História Nacional, quando mereceu aprovação em sessão plenária (28 de abril de 1949), e foi publicado nos respectivos *Anais*.

sertão; e o *Povoado*, entre a cidade e o campo. Nos comentários que se seguem a essa observação ressalta mais uma vez sua visão de que tais diferenciações tendem a se articular numa *complementaridade*, numa *unidade de distintos*, enfim, numa *harmonia* relativa do seu suposto “homem brasileiro”. Ou em suas próprias palavras:

« (...) verdade é que a *unidade brasileira*, milagre e nervo de toda a nossa história, inclusive literária, não é, nem nunca foi, uma unidade mecânica. É... uma unidade vital, isto é, uma unidade orgânica que só se entende dentro da variedade. Assim o foi e continua a sê-lo por motivos geográficos, políticos, econômicos, psicológicos, motivos de toda a ordem. (...). O clima, a configuração da terra, a paisagem, tudo o que forma o ambiente físico no qual se desenrola o drama histórico do homem e da nacionalidade, não é uniforme no Brasil inteiro. (...). O *homem brasileiro* é um tipo físico em formação, cujas diferenciações tendem a desaparecer com o progresso das comunicações internas e com o fortalecimento da unidade política. (...) a tradição federalista é um dos dados constantes de nossa história ao par da tradição unitária e centralizadora... sempre o movimento pendular entre a unidade e a variedade, entre a consciência do todo histórico a preservar e os anseios de libertação parciais... Unidade e variedade na natureza física, na formação étnica, nas condições econômicas – em todos os fatores de ordem física, fisiológica e social, que fornecem os elementos para esse ritmo de *complementaridade* que é o resultado dessa, nem sempre harmoniosa combinação de tendências distintas, mas não contrárias e, muito menos, incompatíveis.»⁸

Complementando com outras considerações essas reflexões preliminares aqui resumidas, segue-se seu esforço para caracterizar a nossa diferenciação psicológica, empregando o quadro

⁸ *Introdução à Literatura Brasileira*, 1956: 149-151. Não quero deixar sem assinalar o fato de que nas versões mais atuais desse ensaio, há um momento em que o autor referindo-se ao Norte destaca a área do Nordeste, mas sem caracterizá-lo como região distinta ou algo parecido: mera referência espacial.

tripartido das supostas grandes famílias tipológicas do homem brasileiro, esquema que na verdade se reduz aos dois eixos principais – *Litoral* e *Sertão*, e *Norte* e *Sul* – estruturadores do espaço analítico com que a nossa *tradição afortunada* sempre pretendeu dar conta da problemática de nossa brasilidade multiforme. Enfim, expõe sua rica caracterização, com base numa psicologia pouco consistente e especulativa, daquilo que denomina: o *homem do Litoral*, o *homem do Sertão*, o *Nortista*, o *homem do Sul*, etc. A despeito da eloquência de seu estilo, o autor parece não desconfiar que, em vários dos aspectos apontados para sua suposta homogeneidade, os tipos que busca caracterizar não se reconheceriam como tais. Como quer que seja, esses tipos do seu *homem brasileiro* não passam de estereótipos impressionistas, mas que documentam uma etapa do pensamento brasileiro.

Em suma, na parte final de seu ensaio, o autor limita-se a indicar traços, «que se poderiam dividir, para sermos fiéis à realidade, em **qualidades** e **defeitos** dos brasileiros. Ora, vale assinalar o fato de que essa tendência a nos retratar mediante listas que confrontam nossos supostos atributos positivos e negativos constitui algo mais ou menos permanente em nossos estudiosos. Assim, vamos encontrar exercícios de construção de tais listas em Sílvio Romero, Paulo Prado, Affonso Arinos de Mello Franco, Arthur Ramos, Fernando de Azevedo, etc. Aliás, Wilson Martins assinala isso quando lembra que Plínio Salgado também – nesta mesma década de 30 em que o nosso autor fez sua conferência – estabeleceu, em *A Psicologia da Revolução*, dois decálogos paralelos e simétricos, enumerando respectivamente nossos “caracteres negativos” e os “caracteres positivos”. E acrescenta maliciosamente o crítico:

«Estabelecer a lista dos nossos “defeitos” e “qualidades” sempre foi passatempo predileto dos brasileiros, no pressuposto subentendido de que as últimas certamente contrabalançam os primeiros».

⁹ *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI (1915-1933). São Paulo: Cultrix e Edusp, 1978, p. 560.

Conforme assinaei no princípio dessa apresentação desse exemplo retirado de Tristão de Athayde, isso constituía seu esforço rumo a um estudo mais abrangente anunciado mais tarde e intitulado *O Homem Brasileiro*, de que desistiu. Todavia, antes deste e após o ensaio sumariado acima, publicou ainda outro resultado desse seu labor de compreensão de nossa realidade em seu mencionado livro *Voz de Minas*. Trabalho mais consistente e de foco mais restrito, em cujo prefácio voltava a anunciar seu plano de um dia realizar uma interpretação de conjunto do Brasil, onde mais uma vez divisamos a progressiva invenção das partes de nosso país ainda presa à matriz dominante:

*«As páginas que hoje entrego à publicidade **constituem parte de um projeto mais vasto**, que só Deus sabe se um dia poderei levar a termo. Trata-se de **um ensaio geral de sociologia brasileira** subordinado ao título coletivo: *As Vozes do Brasil*. Seriam a voz do **Norte**, a voz do **Sul**, a voz do **Litoral**, a voz do **Sertão** e a voz do **Centro**. Deixo hoje falar a voz do Centro, uma delas pelo menos – a da Montanha. Não ignoro quanto há de arbitrário neste gênero de composições sociológicas. Por mais que procure apenas reproduzir o que consigo escutar da voz de Minas, bem sei que muito de impressionismo se contém no âmago desta tentativa de interpretação. (...) E se puder reproduzir as cinco vozes que ouço, por meu coração e por minha observação, **nas cinco partes representativas de nossa terra**, será o Brasil, tal como o compreendo e como o sinto que tentarei fixar na obra toda».* [p. 9 – grifado por mim].

Só mais um exemplo, enfim, para ilustrar a longa persistência desse modelo de percepção e discursividade sobre o Brasil em nossa tradição letrada, visto que a maior parte do povo, desprovido de cultura escolar, não possuía a imagem cartográfica do país e muito menos suas extensões territoriais e diferenciações internas. Assim, quando Carlos Süssekind de Mendonça publica em 1938 seu estudo sobre Sílvia Romero¹⁰, no segundo capítulo,

¹⁰ Cf. *Sílvia Romero, sua formação intelectual (1851-1880)*, col. "Brasiliana" – v. 114. São Paulo: C.E.N., 1938. [Os grifos são meus].

o tópico em que fala de seu retorno do Rio de Janeiro, para onde fora a fim de realizar os estudos secundários, traz o título: «A volta ao **Norte**», em 1868. Posteriormente, quando este deixa o Recife, em 1876, e vai ser promotor em Parati, província do Rio de Janeiro, o autor intitula este outro tópico: «Emigrando para o **Sul**». Creio, pois, não ser necessário insistir na demonstração.

* * *

A partir de quando se instala, então, a invenção do Nordeste (termo e imagem de uma região supostamente homogênea e devidamente caracterizada) nessa mesma tradição letrada?

É difícil responder a essa indagação com uma data precisa, pois que processos históricos possuem uma duração de sua construção e não um atestado de batismo, a não ser nas metáforas e na ideologia de uma retórica patrioteira. Além disso, correntes e tendências intelectuais e estéticas se confrontam em suas crenças e concepções no período aqui mais particularmente visado, que vai pelo menos dos anos 1870 a 1940. Façamos, pois, um retrospecto mesmo sumário de fatos e ocorrências desse período, a fim de clarear um pouco a significação desse processo.

Parece claro que as raízes de nossa nacionalidade provêm do período colonial. Mas nossa configuração institucional, como nação, resultam sobretudo do período imperial, que começa de fato em 1808, quando nos tornamos sede da monarquia portuguesa. Cada vez mais Portugal perdia sua primazia sobre nós, não porém a coroa. É assim que D. João é praticamente o iniciador de nossas instituições e ainda hoje boa parte desses mecanismos de controle social nasceram aí: plano urbanístico, ensino secundário, jurídico, de belas artes e arquitetura, formação militar e médica, bancos, jardins, bibliotecas, museus, imprensa, navegação, etc. – tudo obra das iniciativas do Príncipe Regente. Até as primeiras décadas da República, não tivemos sequer Código Civil, por isso nos regíamos pelo Código de Processo Criminal português. Em consequência desse oficialismo, visto que tudo era decidido na esfera palaciana ou de cima para baixo, eis nosso artificialismo social. Todavia, a impulsividade de nosso primeiro período imperial, seguida do

autoritarismo e impulsos separatistas da fase regencial, estabiliza-se no apogeu do período imperial com o poder moderador de Pedro II. Todo esse processo, no entanto, começa desmoronar a partir de 1870, quando se inicia de fato nosso republicanismo.

O ano de 1870, fim da Guerra do Paraguai – que fora o “divisor de águas” como lhe chamou Nabuco – e de profundas transformações socioeconômicas, marca um grande ponto de inflexão em nossa trajetória nacional. A despeito de alguns aspectos de grandeza, manifesta-se cada vez mais o artificialismo do regime de império parlamentar. O juridicismo dominante já não dava conta da gestão de nossos problemas mais graves. As dificuldades básicas como a escravidão e a abolição, nosso regime de trabalho, de povoamento e imigração, a inconsistência da riqueza nacional, a consciência da crise e de nosso atraso cultural e científico, tudo entrava em ebulição, de que a questão militar e a religiosa são meros sintomas.

O prelúdio do período republicano a partir de 1870 revela que a questão básica não era propriamente de regime político: cada vez mais ficava evidente que os problemas se deslocavam de sua dimensão política para a econômica e técnica. Este ano de 1870 marca também o início de um fenômeno novo em nossa formação sociohistórica: a primazia crescente de São Paulo e o processo de montagem de sua hegemonia sobre o resto do país, o que resultaria em novo perfil de nosso arranjo nacional. Pernambuco, Bahia, Minas e Rio tinham sido até então o centro dinâmico do país. Pernambuco e Bahia, sobretudo nos dois primeiros séculos coloniais, mas sustentando suas riquezas de açúcar, algodão e outras até meados do século XIX. Minas representou um deslocamento transitório no século XVIII pelo banderismo e as riquezas minerais. Enquanto o Rio respondera, mais no século XIX, por nossa formação política¹¹. Portanto, como mero ponto referencial, o ano de 1870 marca a intensificação do suporte da riqueza na-

¹¹ Abro um parêntese para uma reflexão paralela sobre certo aspecto da representação mental de nossa realidade. Com efeito, “brasileiro” é termo que designou inicialmente o português aventureiro que vinha “fazer o brasil”: primeiro,

cional sobre o café¹², que aos poucos fixa em São Paulo o centro motor de nossa economia, e que impulsionará os desdobramentos e transformações do perfil do país. Assim, a ascensão de São Paulo à posição de supremacia corre paralela a dois fatos do enfrentamento da questão das relações de trabalho no Brasil: a imigração de mão-de-obra assalariada e a mecanização da produção. Inicia-se o período das usinas de açúcar, das fábricas de algodão, das máquinas de beneficiamento do café, das estradas de ferro, da navegação a vapor, etc., e mesmo começam a surgir alguns esboços de organização de trabalhadores e uma imprensa operária. Um Mauá, por exemplo, é o grande ícone do brasileiro empreendedor dessa época e expressão emblemática de novos horizontes culturais que se estabeleciam como produtores e produtos das transformações de nossa realidade. E o golpe da República foi apenas o desfecho público de algo que já existia.

É nesse quadro de transformações, de decadência relativa das antigas áreas dinâmicas, de ascensão de novas regiões para onde se desloca o centro principal de decisões e atualização do país em face da conjuntura mundial, que se instala o processo de

a exploração da madeira, de cujo nome provavelmente vem a designação, e outros produtos extrativos; depois, a exploração colonial da cana-de-açúcar, do tabaco, etc. Daí o sufixo '*eiro*' que possui significação profissional, como marinho, pedreiro, ferreiro, etc. Eis por que somos o único povo do mundo cujo adjetivo pátrio exprime uma profissão: a daquele que vive **do** Brasil, e não o nascido **no** país. Como tipo nacional, por outro lado, brasileiro foi durante bastante tempo o habitante sobretudo dessa parte a Nordeste do território, entre Bahia e Piauí, que compunha com as outras capitânias o *Estado do Brasil* (excluído o *Estado do Maranhão*). **Assim, brasileiro foi inicialmente mais ou menos o que chamamos hoje de nordestino.**

¹² Nesse sentido, algumas estatísticas são bem representativas desse processo histórico: de 1821 a 1860, o percentual do café no volume de nossas exportações é de 42,8%; de 1861 a 1889, é de 53,8%; de 1889 a 1921, é de 55,5%; ao passo que, nos mesmos períodos, os percentuais do açúcar caem de 24,3% a 3,4%, o mesmo ocorrendo com relação ao algodão, a borracha, etc. [Cf. T de Souza LOBO: *São Paulo na Federação*. Rio, 1923, p. 211-212, *apud* Tristão de Athayde: «Política e Letras», in CARDOSO, Vicente Licínio (org.): *À Margem da História da República*, t. II. Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 55, n. 63]. Embora esse processo tenha remoto início desde a descoberta das minas de ouro, e da passagem da sede do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), no período pombalino.

invenção do “Nordeste” e, conseqüentemente, dos “nordestinos”. Completamos a exploração de alguns traços dessa história que, mais que econômica ou política, situa-se no registro de nosso imaginário social dominante.

Em perspectiva mais abrangente ou mundial, a época aqui assinalada, entre 1870 até fins de 1930, era o apogeu do imperialismo, do darwinismo social, dos determinismos físicos e biológicos, do racismo “científico”, entre outras práticas discursivas que davam suporte à ideologia do colonialismo. É, pois, dentro desse contexto intelectual e geopolítico que se torna mais fácil aclarar e entender as preocupações de nossas elites com questões relativas à raça, ao povo, à nação, ao atraso brasileiro, etc. É também nesse contexto e no mesmo intenso movimento ideológico que se vão desenhando ao mesmo tempo **duas imagens-fonte** ou idéias-força sobre nossa realidade: aquela de um “Nordeste”, negativa, discriminatória e pejorativa, que o concebe como o espaço do passado, do atraso, da violência, do fanatismo, da miséria persistente, etc.; e a imagem de um Sudeste e Sul, valorizada positivamente como o lugar do futuro, do progresso, da abundância, da racionalidade, da modernidade, etc.

Mas há um fato que merece destacado. Com a amplitude internacional das comunicações e meios de difusão, um fenômeno, que sempre acompanhou a existência de nosso grande mediterrâneo semi-árido e que dormitava meio esquecido nos sertões remotos dessa área, passou a ter uma visibilidade e ser expresso numa dizibilidade nunca antes conhecida¹³, associado agora aos processos de transformação política e socioeconômica mencionados mais acima. Refiro-me ao fenômeno das **secas periódicas** e suas terríveis seqüelas, de que essa área territorial padeceu ciclos intensos na época em apreço.

¹³ E não só isso. Além de visibilizar as áreas do fenômeno, **o discurso das secas**, inclusive o ficcional, que então passa a ser produzido, ao traçar seus quadros de horrores, tornar-se-á um dos responsáveis pela progressiva aproximação dos interesses da “região” e um indutor de conhecidas práticas políticas. [Cf., a esse respeito, ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de: *op. cit.*].

Justamente nessa época é quando se inicia a destruidora seca de 1877-1879 em cinco províncias da área e que no Ceará durou até o ano de 1880 inclusive. Tendo-a estudado demoradamente, afirma Rodolpho Theophilo – testemunha ocular de suas cenas dantescas e por ele descritas em páginas dolorosamente belas, em várias de suas obras – que o obituário de Fortaleza no período elevou-se a 65.163 pessoas. Fortaleza possuía então por volta de 25 mil almas, que foram acrescidas subitamente de cerca de 110 mil migrantes da seca. E parte dos que escaparam ao flagelo foi transplantada para outras áreas do Brasil, iniciando-se então a migração para a Amazônia. Herbert Smith, jornalista inglês que percorria o Brasil àquela época, testemunhou pessoalmente essa seca e afirmou com algum exagero que “durante 1877 e 1878, a mortandade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil, ou mais da metade da população”¹⁴. Talvez, o dado mais preciso sobre essa catástrofe seja o fornecido pelo Barão de Studart, historiador seguro e sério, sobretudo por suas bases documentais; ele afirma que o Ceará teve então 180.000 mortos¹⁵, cerca de um quarto de sua população. E a base de sua economia pecuária, juntamente com o algodão, foi praticamente destruída.

Desde a Comissão Científica de Exploração (1859-1861), nascida no quadro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o apoio oficial do Imperador D. Pedro II, e mais especialmente após a *Grande Seca de 1877*, foi tal o volume de produção simbólica sobre o fenômeno que é impossível dar aqui senão pequena amostra desse material, na ensaística, na historiografia, na prosa de ficção, nas crônicas, na poesia etc., para não falar nos relatórios técnicos e de pesquisa, ou na posterior criação audiovisual. Com efeito, a ensaística em torno da seca é riquíssima¹⁶, bastando lem-

¹⁴ Cf. *Brazil: The Amazons and Coast*. New York: Charles Scriber's Sons, 1879, p. 416.

¹⁵ Cf. sua *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924, p. 256.

¹⁶ Menciono apenas, a título de ilustração, alguns trabalhos mais significativos: um dos primeiros esforços para uma análise racional do fenômeno e de suas consequências socioculturais é inegavelmente a obra-prima de nossa literatura: *Os Sertões* de Euclides da CUNHA (1902); o mencionado livro de Gustavo BARROSO, que o assinou com o significativo pseudônimo de **João do Norte**:

brar que um dos textos mais recentes, em face de ensaios mais antigos, é o conhecido *Terra de Sol* (que consagrou como escritor em 1912 o jovem Gustavo Barroso) cujo capítulo inicial enfrenta o tema da seca e do inverno. A historiografia não é menos abundante¹⁷, e aqui se destaca a figura pioneira e generosa de Rodolpho Theophilo, que examinou o assunto em monografias fundamentais, em artigos e em sua ficção romanesca. Igualmente abundante é a novelística inspirada nas tragédias produzidas por cada ciclo de penúria das águas nessa região semi-árida¹⁸.

Terra de Sol (Natureza e costumes do Norte), Rio de Janeiro: Benjamin de Aguiar-editor, 19112; o célebre livro de José Américo: *A Parahyba e os seus Problemas* (Parahyba, 1923); o famoso estudo de Josué de CASTRO: *Geografia da Fome* (São Paulo, 1961); o clássico de Djacir MENEZES: *O Outro Nordeste*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Artenova, 1970 (1ª edição: 1937), onde a temática aparece como pano de fundo do argumento; o estudo de F. S. NASCIMENTO: *Quadrilátero da Seca*, 1º vol., Fortaleza: Stylus, 1988; o ensaio de Lúcia de Fátima Guerra FERREIRA: *Raízes da Indústria da Seca*, João Pessoa: Editora da UFPB; e até uma excelente Tese de Doutorado do historiador norte-americano, professor da Universidade da Califórnia – San Diego, Roger L. CUNIFF: *The Great Drought: Northeast Brazil, 1877-1880*, PhD Dissertation, University of Texas, Austin, 1971 (que traz ampla bibliografia sobre o tema); Luciana Silveira de Aragão e FROTA: *Documentação oral e a temática da seca: estudos*, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985; etc. A Universidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, tem republicado todos os melhores estudos nessa área ensaística e historiográfica.

¹⁷ Sem aprofundar este aspecto, o que implicaria em rastrear a significativa soma de estudos que o assunto tem suscitado ao longo do tempo, passando pelas monografias produzidas pelos membros da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) – enviada para examinar *in loco* a sua problemática, mas sobretudo fauna e flora, remanescentes indígenas e possíveis riquezas minerais de províncias do Norte –, menciono apenas alguns títulos: do mencionado Rodolpho THEOPHILO: *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*, Fortaleza: Tipografia do Libertador, 1883; *Secas do Ceará (segunda metade do século XIX)*, Fortaleza: Ed. L. C. Cholowiecki, 1901; *A Seca de 1915*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; *A Seca de 1919*, Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922; tais estudos foram ampliados por Joaquim ALVES: *História das Secas (Séculos XVII e XIX)*, Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; e por Thomas POMPEU SOBRI-NHO: *História das Secas (Século XX)*, Fortaleza: Instituto (Histórico) do Ceará, 1953; etc. A Universidade de Mossoró tem republicado todos os melhores estudos nessa área ensaística e historiográfica.

¹⁸ Aspecto mais conhecido porque marca uma presença forte e constante em nossa tradição letrada, desde os clássicos – de José do PATROCÍNIO, *Os Retirantes* (1879); de Domingos OLYMPIO, *Luzia-Homem* (1882); de Rodolpho

De que modo essa empenhada área do país – que tivera nos dois primeiros séculos da colonização a renda per capita mais alentada do mundo, que possuía tantos engenhos¹⁹ a produzir um bem apreciado por toda parte, que despertara a cobiça do “livre comércio” de franceses, espanhóis, holandeses, etc. em busca do domínio econômico e geopolítico do Atlântico – veio a se constituir nos inícios do século XX alvo de imagem tão negativa, tão distanciada de seu passado e tida como fatalidade natural, a ponto de ser percebida pelos desprovidos de perspectiva sociohistórica como signo de um destino irrevogável? Que faz, por exemplo, que hoje a produção de um historiador *sudestino* seja nacional e a de um *nordestino*, regional? Ou que uma mentalidade mediana pense e às vezes explicita que fora do eixo São Paulo – Rio de Janeiro não existe vida mental no país?

Algumas das pistas fornecidas anteriormente já insinuam um esboço de resposta ou compreensão do processo. Além disso, desde 1850, com a relativa eficácia da lei que abolia o tráfico, reduzindo drasticamente o fornecimento externo de mão-de-obra, intensifica-se o debate acerca de soluções possíveis para substituição do trabalho escravo e se dá paralelamente a mudança de visão das elites tanto em sua desvalorização do brasileiro pobre (brancos ou mestiços e libertos, que acresciam ao legado escravocrata

THEOPHILO, *A Fome* (1890); etc. – até obras mais recentes como de Rachel de QUEIROZ, *O Quinze* (1930) ou o livro definitivo de Graciliano RAMOS, *Vidas Secas* (1938), etc., essa novelística tem sido objeto de estudo de vários ensaios, como: Hilário Henrique DICK, *A Cosmovisão do Romance Nordestino Moderno*, Porto Alegre: Sulina, 1970, e em especial Teoberto LANDIM, *Seca, a Estação do Inferno*, col. Alagadiço Novo, Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC, 1992; e José Maurício Gomes de ALMEIDA, *A Tradição Regionalista no Romance Brasileiro 1875-1945*, Rio: Topbooks, 1999 [onde são examinados José de Alencar, Franklin Távora, Visconde de Taunay, Oliveira Paiva, J. Lins do Rego e Graciliano Ramos] etc.

¹⁹ Assinalo que o termo **engenho**, usado para designar o sistema agroprodutor da época, provém do espanto que provocava o amplo conjunto relativo à cultura e ao processamento da cana-de-açúcar, incluindo as terras cultivadas, as instalações para moagem e as residências de proprietários, colonos e trabalhadores, toda aquela maquinaria e sua multiplicidade de tarefas, que exigiam muito engenho e arte em sua construção e funcionamento: eram as maiores fábricas de então.

os preconceitos de cor e raça) quanto relativamente à exaltação do imigrante. E ainda estão disponíveis os textos e falas do Congresso Agrícola de 1878, reunido no Rio de Janeiro, sob o patrocínio de Cansansão de Sinimbú, Ministro da Agricultura, e constituem exemplo singular dessa mentalidade que se ia consolidando. É assim, na segunda metade do século XIX, que vão emergindo mais claros os componentes do imaginário social de então a respeito da nação e de seu povo.

Mas até o final do século XIX e primeiras décadas do seguinte, perdurava ainda a imagem da diferenciação geográfica em que o Norte abarcava as áreas de grande lavoura de exportação, do Maranhão à Bahia, especializadas em açúcar e algodão, com seus sertões do pastoreio; e aquilo que veio depois a chamar-se de Amazônia dependeu da extração da borracha. Portanto, o que conhecemos hoje por “Nordeste” não existia antes de sua invenção no século XX modernista. E mencionarei apenas mais uma ou outra ilustração para concluir esta segunda parte.

O século XIX tem seu termo de fato com a Primeira Guerra Mundial, que redesenha o mapa da Europa e assinala a emergência dos EUA como grande potência. As secas pavorosas (*“martírio secular da terra”*, dizia Euclides da Cunha e indago eu: ou do homem?), como a de 1900, a de 1903 a 1904, a de 1915 (aquela que inspirará o romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, em 1930), a de 1919, etc., repõem em evidência a “área problemática do semi-árido”, inclusive por sua repercussão internacional, respingando em nosso esquálido ufanismo *belle époque* e propiciando a retomada de nosso autoconhecimento mediante novos estudos que acentuam disparidades e desigualdades regionais e políticas de salvação como a criação em 1909 da Inspetoria de Obras Contra as Secas (transformada em Inspetoria Federal em 1919 e recriada como DNOCS em 1945), sem desconhecer os muitos trabalhos e obras que produziu ou iria realizar²⁰.

²⁰ Fato significativo: em 1906, na festa de inauguração do Açude do Cedro (sertão central do Ceará), obra iniciada em 1884 ainda durante o Império, o Presidente Afonso Pena diria: *“É muito lindo, mas é uma inutilidade”*.

É expressivo o fato de que o maior e mais importante jornal de São Paulo, por seus vínculos de elite e por sua participação na construção da hegemonia desse estado, dizia em matéria de 1920 algo que acentuava as diferenças entre Sul e Norte quase sempre atribuídas à presença do imigrante no primeiro ou à sua ausência no segundo:

«Incontestavelmente o Sul do Brasil, isto é, a região que vai da Bahia até o Rio Grande do Sul, apresenta um tal aspecto de progresso em sua vida material que forma um contraste doloroso com o abandono em que se encontra o Norte, com seus desertos, sua ignorância, sua falta de higiene, sua pobreza, seu servilismo» [*O Estado de São Paulo*, 03/09/1920].

Tem-se aí uma síntese da imagem que ia prevalecer doravante. E mesmo intelectuais da estirpe de um Oliveira Vianna – aliás, pouquíssimos intelectuais da época, como um Manoel Bomfim, um Alberto Torres, um Capistrano, escaparam bem ou mal à sedução racista – embevecidos na suposta superioridade do imigrante e possuindo percepção negativa do elemento nacional, enxergavam no “nordestino” o apanágio da degenerescência racial. Sem levar em conta as diferenciações internas, num mesmo discurso homogêneo inventa-se o “paulista” e o “nordestino”. São estimuladas as viagens de especialistas ou curiosos a “áreas problemáticas” ou exóticas da nação – de que *o fotógrafo e turista aprendiz*, Mário de Andrade, e outros mais são exemplos significativos, porém diversificados.

Posto que isso tenha contribuído também para uma relativização das crenças e concepções codificadas – como ocorreu parcialmente com Euclides da Cunha ao testemunhar o crime da nação contra seu povo em Canudos, por exemplo – tais práticas e discursos reforçavam essa nova tradição. De fato, o mencionado jornal propiciou em 1923 uma série de reportagens subordinadas à rubrica *«Impressões do Nordeste»* (que incluíram viagem estruturada a esses territórios, com apoio oficial, e contando inclusive com a participação do Marechal Rondon); e no ano seguinte esse jornal

apresentava outra série, agora de *Impressões de São Paulo*. Com estas últimas, estava firmada a construção da imagem do espaço em tudo superior e o seu contrário.

Ulteriormente, o autor da primeira série de reportagens compendiou em livro esses materiais: *Impressões do Nordeste Brasileiro – Conferências do Dr. Paulo de Moraes Barros realizadas sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, no Rio de Janeiro, e da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, em 1923, São Paulo: Off. Graph. MONTEIRO LOBATO & C., 1924*²¹. Nessa obra, recheada de observações típicas desse olhar, mas também rica de dados e iconografia fotográfica, o autor abre o Preâmbulo de sua exposição com um quadro pungente:

«Pouca gente do Sul conhece o Nordeste do nosso Brasil; em geral a que melhor o sabe, forma d'elle ideia nebulosa, quando não inteiramente falsa. (...) Comparando com a irrefreavel curiosidade que temos pelas cousas de nossa terra, muito ouvíramos contar por letrados nortistas que, em busca de arena mais propicia, connosco vieram fundir os seus labores, e pelo anonymo pessoal da gléba que, **acossado pela ingratidão do candente berço**, em levas de esqualidos retirantes viera curtir saudades infindas **na operosidade do generoso seio sulino**, quem sabe se ainda em duvida, entre **a miséria de lá** e a **abundancia d'aquí**... Também algo sabíamos, por leitura, sobre a terra do soffrimento, que tem prados só de urzes, tem montanhas de penhascos, habitações só de colmos, céu que nunca se encobre, luz tão viva que entontece, calor que requeima a propria alma, chão que não recebe orvalho, rios que não têm agua, cuja flora não se enfolha, cuja fauna não se desaltera, e onde, a espaços, este certamen aniquilador tem sumiço por encanto sob as azas da esperança, que em seu amplo manto verde, da noite para o dia, encobre todas as frinchas dos quadros de miséria e desolação, mascarando-os em effluvios primaveris. (...) Como se esboroam os castellos de leitura á vista devassadora do viajor!» [Destaques meus].

²¹ De passagem, atente-se ao termo que grifei e ao nome do editor, ele próprio, com seu *Urupês* e inúmeros artigos, um dos inventores desse construto mental, apesar de seu maior espírito crítico.

Eis o paradigma do superior e do inferior em sua nudez negativa! Desnecessário sublinhar a retórica ainda parnasiana ou pré-modernista, em suas metáforas e analogias.

Lourenço Filho, dentre outros, participará também desse novo bandeirantismo civilizador das partes exóticas ou inferiores da nação. Com efeito, na mesma série de reportagens («Impressões do Nordeste») de *O Estado de São Paulo*, apresentará sua contribuição, reaproveitada depois parcialmente em livro intitulado sugestivamente: *Joaseiro do Padre Cícero* (Scenas e quadros do fanatismo no Nordeste)²². Este livro é hoje um documento “negativo” clássico das fontes utilizadas por *cicerólogos*. No que concerne ao nosso tema, é obra bem escrita que constitui um dos mais preciosos repositórios do imaginário da época a dar suporte à invenção do “Nordeste”, em especial por pretender apontar as verdadeiras soluções para sua problemática, inspirando-se num iluminismo pedagógico precursor do escolanovismo. É, pois, significativo o fato de que traz, em epígrafe destacada, esta citação de Oliveira Vianna extraída de *Populações Meridionais do Brasil*:

«Esses povos, que assim praticam o culto consciente e systemático da própria illusão, estão condemnados a perecer. Quem os vae eliminar são esses rijos manipuladores de factos e realidades, esses povos praticos e experimentalistas, cujo esplendido senso objectivo das cousas da vida os escuda contra as suggestões e as insídias de um certo optimismo...» [p. 5].

Seria interessante examinar aqui extensamente as riquezas reveladoras desse imaginário na roupagem de uma prosa que fala por si e que segue de perto o modelo euclydiano. Todavia, para não mais alongar o argumento, dou apenas pequena amostra de sua visão do “Nordeste”:

«A um filho do sul – habituado a scenas de renovação constante de vida, á ebulição fervilhante de progresso nas cidades cos-

²² Cf. *Joaseiro do Padre Cícero*. Obra premiada pela Academia Brasileira. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926. Assinale-se que esta obra é dedicada «a Rodolpho Theophilo, o historiador da *Sedição do Joaseiro*».

mopolitas, teatro da agitação dos interesses mais contraditórios, em ancias e flutuações de um porvir ainda mal definido, mas tendente sempre á melhora da existencia social – a impressão primeira, quando pelo Nordeste se interne, é a de que vae, como num sonho, recuando pelo tempo a cada passo. A vida parece que desanda, inicia um giro inverso, marcando para traz duas dezenas de annos, em cada dia de viagem... » [p. 14].

Do capítulo IV, «No Reino da Insania», retiro ainda este expressivo trecho de sua reação em face dos romeiros do Padre Cicero:

«Chegámos ao centro do Joaseiro ás onze horas da manhã... Puzemo-nos de pé sobre o carro, para melhor observar aquella multidão agitada... A physionomia dos iniciados mette medo, então. E como se é forçado a simular o maior acatamento a taes desproporções, acaba-se tendo a impressão de que se penetrou demais naquella dominio de insania, no pesado e avassalador ambiente de demencia, no imperio do abracadabra, em que as idéas normaes das coisas e dos valores se esbatem e se obumbram, não mais se applicam com logica, e se baralham e revoluteiam, e sarabandam infernalmente!... Comtudo, não era sonho. Nós o vimos. Era uma realidade incontrastavel, á luz do dia, em plena via publica. Scenas de barbárie num ambiente de demencia... » [p. 47-53].

Estava instituída uma tradição letrada que só fez crescer até hoje. E mais perto de nós ela foi enriquecida pela ficção romanesca regionalista, pelas artes visuais modernistas (Portinari, etc.) e pela indústria cultural – em especial pelo cinema, pelos folhetins televisivos, pela dramaturgia, pela música, etc.

* * *

Mas é preciso sublinhar que tanto as elites quanto os intelectuais da “região” não apenas se deixaram envolver no mesmo círculo hermenêutico e semiótico, fazendo-se *nordestinizados*,

como ainda se tornando entusiasmados produtores desse imaginário. Dentre tantos que aceitaram a designação como signo de realidade e existência de uma região “Nordeste”, acha-se indubitavelmente a figura exponencial de Gilberto Freyre, que cito como ícone desse processo. Ainda moço, retornado de sua formação pós-graduada nos EUA, lidera no Recife dos anos 1920, um movimento de jovens intelectuais e artistas que desencadeia intensa produção simbólica em aparente divergência do que ocorria em São Paulo e Rio. É tal essa atuação que reivindicará sua prioridade no modernismo mediante suposto *Manifesto Regionalista* de 1926, de perfil claramente nostálgico e tradicionalista. Já em 1925, coordenara em edição monumental o *Livro do Nordeste*, composto de importantes ensaios, em comemoração do 1º Centenário do *Diário de Pernambuco*, que tem a primazia de ser o jornal mais antigo da América Latina em circulação²³. Expande-se sua influência cultural em obras recheadas de *nordestinidades* e, em 1936, no prestigiado Editor José Olympio onde dirigiu a Coleção “Documentos Brasileiros”, saía a lume seu livro intitulado exatamente *Nordeste – Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*²⁴.

²³ Cf. FREYRE, Gilberto e outros: *Livro do Nordeste*. (Comemorativo do 1º Centenário do *Diário de Pernambuco*), segunda edição. Recife: Arquivo Público Estadual, 1979.

²⁴ Este livro suscita outra obra elaborada no mesmo ano em contraponto por Djacir MENEZES: *O Outro Nordeste – ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

III QUAL DOS NORDESTES?

In sum, there was no Northeast region in 1877

ROGER L. CUNNIFF

O NORDESTE brasileiro só foi divulgado com tal designação após a última calamidade climática que o assolou em 1919...

PAULO DE MORAES BARROS

A fim de sublinhar o caráter problemático do tema de que me ocupo nesta *notícia*, inicio sua parte conclusiva com a citação das duas significativas epígrafes postas acima, que indicam os marcos cronológicos do processo de invenção do “Nordeste”. De fato, se acompanharmos a cartografia histórica do Brasil, deparamo-nos primeiramente com um desenho impreciso das Capitâneas; depois, com o traçado não menos irregular do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão e Grão Pará; seguido da carta ainda incerta do Vice-Reinado; e a do período da Monarquia em que o destaque vai para as Províncias. Assim, o historiador norte-americano acima epigrafado, isento de participação no atual debate sobre a invenção dessa “região” ao tempo de suas pesquisas para feitura de sua Tese doutoral, constata no período examinado (1877-1880) que os sertões do gado e do algodão se mantiveram por séculos econômica e culturalmente distintos das áreas litorâneas do açúcar, cujo comércio exportador era monopolizado por Recife, e que virtualmente inexistiam comunicações entre províncias, sendo que as lealdades a estas tinham precedência sobre qualquer senso de região. Já o outro autor é protagonista do processo de sua invenção política.

Ora, se Capistrano de Abreu, ao fazer o balanço dos três primeiros séculos de nossa formação, já asseverava não haver consciência nacional e sequer capitania na sociedade que daí emer-

gira; João Ribeiro, por sua vez, ao realizar semelhante balanço histórico em 1900, chegava à mesma constatação dessa ausência de comunicação e integração entre os fragmentos da sociedade nacional cuja gênese resultara num arquipélago de ilhas humanas. Mencionei antes as áreas identificadas por Capistrano. Por sua vez o historiador sergipano concebe pelo menos cinco componentes do vasto arquipélago: **1)** o *Extremo Norte*, do Amazonas ao Piauí; **2)** o *Norte*, tendo Pernambuco ao centro e composto do Ceará, R. G. do Norte, Paraíba e Alagoas; **3)** o *Centro*, e sua área de influência: Sergipe, Ilhéus e Porto Seguro; **4)** o *Interior*, que é São Paulo e sua influência sobre Paraná, Goiás, Minas e Mato Grosso; e **5)** o *Sul*, tendo o Rio de Janeiro como centro e compreendendo Espírito Santo, Santa Catarina e R. G. do Sul.

Em suma, os estudiosos e em especial historiadores e antropólogos são mais e mais inclinados a dizer que não existe *o brasileiro*, mas brasileiros. Por outro lado, que significa, pois, a invenção de nossas “regiões”? De que modo esses múltiplos brasis submetidos a «forças centrífugas e dissolventes» permitiriam que se falasse em regiões? Que grupos humanos e áreas territoriais nelas entrariam? Qual a sua criteriologia? E, preliminarmente, que significação comporta esse termo *região*?²⁵

As variações nesse domínio são inconciliáveis e por isso opto por apresentar uma panorâmica dessa diversidade de perspectivas, única forma talvez de fecundar o debate sem fechamento prévio.

Já na primeira metade do século XIX, o Brasil começa a ser visto não mais como unidade compacta, porém segundo um prin-

²⁵ Em seu belo estudo, Durval M. de Albuquerque Jr., inspirado na arqueologia de Michel Foucault, desenvolve lúcida reflexão que não define propriamente um objeto dito *região*, mas decifra a gênese de sua criação: «antes de remeter à geografia, [a região] remete a uma noção fiscal, administrativa, militar (vem de *regere*, comandar). Longe de nos aproximar de uma divisão natural do espaço ou mesmo de um recorte do espaço econômico ou de produção, a região se liga diretamente às relações de poder e sua espacialização; (...) que produz saber... Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação» [*op. cit.* , p. 27]. E ele conclui, mui significativamente, que a região é assim o botim dessa batalha.

cípio de composição regional que estava entre as sugestões metodológicas de Martius, em sua pequena monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*²⁶, com que ganhou o concurso sobre o tema realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. De fato, procurava aquele sábio sublinhar a importância da diversidade regional como dado básico de nossa formação histórica, apontando a diferenciação geográfica como dimensão necessária para encarar a História através dos grupos regionais: 1) São Paulo, Minas e Mato Grosso; 2) Maranhão e Pará; 3) Ceará, R. G. do Norte, Paraíba e Pernambuco; 4) Bahia, Alagoas e Sergipe – e ainda chamava a atenção para o fato de tal diversidade «*não ser suficientemente reconhecida no Brasil*».

Mas talvez tenha sido Nina Rodrigues, com seus estudos pioneiros da cultura afro-baiana, a despeito de seu viés racista e outros estereótipos, quem efetuou a primeira tentativa de uma classificação de perfil cultural com base em tipos antropológicos dominantes. Sugeriu a classificação da população brasileira por tipos étnicos, divididos em quatro regiões, segundo a mestiçagem: **1)** o Litoral Norte, do Maranhão à Bahia, onde predomina o tipo luso-africano, com mancha indígena mais ao norte; **2)** o Centro, abarcando São Paulo, Minas, Rio e Espírito Santo, com mestiçagem negro-branca e maior presença do branco por força da imigração portuguesa e italiana; **3)** o extremo Sul, com predomínio do elemento branco e imigração alemã e italiana, e declínio do elemento negro e indígena; **4)** Amazônia e Estados ocidentais, onde se destaca o elemento indígena e sua mestiçagem com o branco²⁷.

Poder-se-iam citar ainda outras tentativas de classificação, como a por áreas de influência antropológica (cabocla, africana e européia) de Roquete Pinto; a por tipos sociais ou humanos (o tapuio amazônico, o pernambucano, o mestiço baiano, o paulista, o gaúcho, o campineiro-fiscador e o teuto-brasileiro) de Artur

²⁶ Sua 1ª edição saiu na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo VI, n.º 24, janeiro de 1845.

²⁷ Cf. *A raça negra e a responsabilidade penal no Brasil*, 3ª edição. São Paulo: C. E. N., 1938.

Orlando; a por “zonas agrícolas” de André Rebouças; a por “zonas sociais” de Sílvio Romero; e até a por “regiões literárias” proposta por Vianna Moog, etc.²⁸.

Todavia, Josué de Castro, quando publicou em Paris, em 1949, seu estudo *Geografia da Fome*, sem a preocupação de definir o que entende por região, mas antes aceitando a visão tradicional que se ia firmando nesse domínio, e tendo por critério ‘fome, subalimentação e regime alimentar’, identifica no Brasil cinco zonas bem características: **1)** a da Amazônia; **2)** a do Nordeste açucareiro; **3)** a do sertão do Nordeste; **4)** a do Centro-Oeste; e **5)** a do Extremo-Sul²⁹.

Certamente, porém, a tentativa mais consistente, tomando por base critério rigorosamente cultural e ainda levando em conta a forma de ocupação humana do território e as atividades econômicas predominantes, foi empreendida por Manuel Diégues Jr., que concebe como ponto de partida a seguinte definição de região:

«um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pelas relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando modo de vida próprio, a difere de outras regiões. São, portanto, as regiões, espaços territoriais definidos por certas características que dão unidade de idéias, de sentimentos, de estilos de vida, a um grupo populacional»³⁰.

Produzindo pormenorizada caracterização de cada uma, o autor identifica com seus critérios as seguintes *regiões culturais* no Brasil: o Nordeste Agrário do Litoral, o Nordeste Mediterrâneo [semi-

²⁸ Respectivamente: *Seixos Rolados* (Estudos Brasileiros). Rio de Janeiro, 1927; *Brazil – a terra e o homem*. Recife, 1913; «Les Zones Agricoles», in *Le Brésil en 1889*. Paris, 1889; «As zonas sociais e a situação do povo», in *Provocações e Debates* (Contribuições para o estudo do Brasil social). Porto: Livraria Chardron, 1910; *Uma Interpretação da Literatura Brasileira* (Um arquipélago cultural). Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

²⁹ Cf. *Géographie de la Faim*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

³⁰ DIÉGUES JR., Manuel: *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – INEP – MEC, 1960, p. 6-7.

árido], a Amazônia, a Mineração no planalto, o Centro-Oeste, o Extremo Sul, a [área] de Colonização Estrangeira (Rio Grande, St. Catarina, Paraná), a Faixa Industrial; a estas regiões culturais, ele acrescenta três outras de menor caracterização: a do cacau (no sul da Bahia), a do sal (parte do R. G. do Norte e do Rio de Janeiro) e da pesca (por toda faixa litorânea).

E ainda teríamos de considerar a posição oficial assumida pelo Governo e seus órgãos executivos, de que o IBGE constitui a instituição por excelência na definição de critérios técnicos para a classificação regional do País. Assim, ao longo de anos de observações e debates, seus setores geográficos produziram o que veio a se tornar oficialmente a *Divisão Regional do Brasil*. Tais estudos iniciados em 1941, sob a coordenação do prof. Fábio Macedo S. Guimarães, buscando sistematizar as várias “divisões regionais” até então propostas, de forma que fosse organizada uma única, que permitisse a divulgação das estatísticas brasileiras. Aprovada, em 31/01/42, pela Circular n.º 1 da Presidência da República, a primeira Divisão do Brasil em regiões: *Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste*. A Resolução 143, de 6 de julho de 1945, por sua vez, estabelece a Divisão do Brasil em Zonas Fisiográficas, baseadas em critérios econômicos do agrupamento de municípios. Tais Zonas Fisiográficas foram utilizadas até 1970. Já na década de 60, em decorrência das transformações no espaço nacional, foram retomados os estudos para a sua revisão, na perspectiva de macrozonas e outras sofisticações analíticas.

Em face dessa pletora de critérios adotados, é fácil de perceber que mais cresça a confusão ou complexidade das também inúmeras tentativas de definir os componentes disso que passou a ser designado por “região Nordeste”. Dou a seguir alguns casos.

Talvez a publicação mais antiga desse processo de invenção e constituição do que seria o “Nordeste” seja a própria obra de Paulo de Moraes Barros (1924), de cuja afirmação inicial retirei a epígrafe com que inicio esta parte conclusiva desta *notícia*. Nesta obra, nitidamente influenciada pelo “fenômeno das secas” que passa desde então a ser recorrentemente associado ao imaginário social relativo à “região”, sua delimitação geográfica é assim definida entre precisão e hesitação:

«É constituído pelo bloco territorial dos Estados do Ceará, R. G. do Norte e Parabyba, situado entre o oceano Atlantico e as linhas divisorias do Piauby e Pernambuco, na cadeia de montanhas formada pelas serras da Ibiapaba, Grande ou Central, dos Carirys Novos, na do Araripe, e dos Carirys Velhos, na da Borborema. Entretanto, melhor exprimiria a integralidade geographica do territorio o prolongamento em recta da linha serrana dos Carirys Novos até a Bahia, abrangendo, a mais, os Estados de Alagoas e Sergipe, a mór parte do de Pernambuco e uma porção norte do da Bahia. É, porém, mais vasto o dominio das sêccas, que amplia o seu manto tetrico alem das fronteiras do Nordeste propriamente dito, envolvendo parcellas consideraveis dos sertões do Piauby, Pernambuco e Bahia, os quaes, ainda que irrigados por grandes rios de curso perenne, como o S. Francisco, o Parnabyba e seus affluentes, resentem ainda com marcada intensidade os efeitos do pernicioso pbenomeno» [p. 7].

Não obstante a difusão desses estudos que se vão fazendo cada vez mais intensos, em 1925, quando Gilberto Freyre – um dos inventores apaixonados da “região” – organiza a publicação do grande *Livro do Nordeste*, comemorativo do 1º Centenário do *Diário de Pernambuco* (1825-1925), já mencionado antes, o “Nordeste” que aí aparece é evidentemente o do seu estado, com algumas referências de passagem, alusivas sobretudo às secas, aos estados de: *Piauby, Ceará, R. G. do Norte, Parabyba do Norte e Alagoas*. Já no livro *Nordeste*, de 1936, Gilberto Freyre se centra na exaltação de seu Pernambuco natal³¹.

Quando em 1945, este grande amante e observador das coisas e das gentes do Brasil, que foi Roger Bastide, publicou no Rio de Janeiro, pelas Edições O Cruzeiro, seu *Imagens do Nordeste místico em preto e branco*, posteriormente traduzido para o

³¹ Assinale-se ser esse mesmo “Nordeste” que é visualizado em MARROQUIM, Mario: *A Língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco). Prefácio de G. Freyre. Col. Brasileira v. 25. S. Paulo: CEN, 1945.

francês³², o “Nordeste” que ele examina aí é Salvador, da Bahia do candomblé, e Recife, de Pernambuco do xangô e dos maracatus.

Todavia, em 1949 e 1951, saía o livro *Solo e Água no Polígono das Sêcas*, da lavra dos trabalhos do DNOCS, um dos estudos mais competentes, assinado por um de seus melhores especialistas, José Guimarães Duque. Nesta obra, a partir de considerações estritamente técnicas que ignoravam as fronteiras político-administrativas do território em apreço, segundo critérios de solo, clima, água, fauna e vegetação dominantes e acolhendo inclusive denominações indígenas, o autor indicava as seguintes regiões ecológicas da área: *Caatinga, Sertão, Seridó, Agreste, Carrasco e Serras*³³.

Para não mais alongar a lista, cito apenas mais um estudo sistemático sobre a temática, a conhecida obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, notável especialista em geografia humana e econômica, que alia a essa competência significativa obra historiográfica. No Prefácio que Caio Prado Jr. escreveu para esta obra, este afirma: “*Certamente nenhuma região brasileira conta com mais abundante bibliografia que o Nordeste. O livro de Manuel Correia poderia assim parecer, à primeira vista, apenas mais um trabalho a se acrescentar àquela grande série... Não é assim, contudo, porque se encontra no livro algo de verdadeiramente inédito. (...) Refiro-me às relações de produção e trabalho*”³⁴. O autor leva em conta, por um lado, o fato de que, segundo o ponto de vista adotado pelo estudioso, o Nordeste pode ser apontado ora como área das secas, ora como área dos grandes canaviais, ora como área essencialmente subdesenvolvida em virtude de sua baixa renda *per capita*, ou enfim como a região das “revoluções libertárias” de que fala Manuel Bandeira em seu poema *Evocação do Recife*; e, por outro, acolhendo as configura-

³² Cf. BASTIDE, Roger: *Images du Nordest mystique en noir et blanc*. Introduction, traduction et notes de Charles Beylier. Paris: Pandora Editions, 1978.

³³ Cf. *Solo e Água no Polígono das Secas*. 2ª edição revista. Publicação Nº 149, Série 1 – A. Fortaleza: Ministério da Viação e Obras Públicas – DNOCS, 1951.

³⁴ Cf. ANDRADE, Manuel Correia de: *A Terra e o Homem no Nordeste*. 3ª edição revista e atualizada. São Paulo: Brasiliense, 1973, p. 11.

ções propostas por órgãos como SUDENE, BNB e, sobretudo, IBGE, que a partir de 1968, considerou como *nordestinos* os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, R. G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, mais o Território de Fernando de Noronha. Daí em diante, ele sofisticava sua análise para identificar como componentes dessa grande área as seguintes regiões naturais e geográficas: *a da Mata e Litoral Oriental*; *a do Agreste*; *a do Sertão e Litoral Setentrional* (a mais extensa); e *a do Meio Norte*. Segue-se pormenorizada caracterização diferencial de cada uma delas [p. 21-55].

Essa, pois, a imagem paradigmática que se configurava e que será modificada logo depois, à medida que critérios técnicos foram sendo enxertados por motivos políticos paroquiais ligados a interesses nos recursos públicos – via SUDENE e Banco do Nordeste do Brasil, órgão financeiro do desenvolvimento da “região” – ampliaram pouco a pouco o desenho do *polígono das secas*, de modo a incluir o norte de Minas Gerais e até parte do Espírito Santo! E eis que a geometria vira magia.

E seja o que quiser quem manda na terra e na vida das gentes...

* * *

Gilberto Freyre, objetando a profecia de Oliveira Vianna acerca da arianização progressiva do Brasil, diz que se observa nas predominâncias do seu tipo nacional como crescentemente moreno. E acrescentava que «o próprio nordestino, estancada a imigração européia para o Centro-Sul do País, vem comunicando às populações meridionais sua morenidade abasileirante, inclusive a que se exprime em belezas de mulher». Em seguida, indaga: que tem sido o brasileiro do Nordeste? Para responder: «na verdade, mais continuamente que o Bandeirante paulista, um autocolonizador do Brasil e, desenvolvendo ao máximo, nesta parte americana do mundo, uma vocação ibérica... [com que] criaram-se as bases de uma civilização que aqui, talvez mais do que noutras regiões do Brasil, vem adquirindo característicos teluricamente, ecologicamente, inovadoramente, além de eurotropicais, nacional-

mente brasileiros. (...) Nordestino típico, o cearense, tornou-se célebre como o brasileiro por excelência transregional. Muito de sua região e, ao mesmo tempo, dinamicamente presente noutras regiões como autocolonizador do Brasil: na Amazônia, no Acre, na construção de Brasília. Transmissor a Brasis ainda rústicos ou a neobrasileiros ainda adventícios, de costumes, tradições, lendas, linguajar e, também, de sangue, quase sempre miscigenado, levado a extremos do País». Enfim, apoiando-se em estudos estatísticos de Fernando Gonçalves, ele lamenta: «o Nordeste tem visto a evasão de alguns dos seus melhores elementos – pela idade, pela iniciativa, pelo espírito de empresa e como mão-de-obra qualificada – para esses outros Brasis, através dessas migrações, nordestinados, com sacrifício biossocial da região exportadora de homens tão válidos, não só como força de trabalho, como sob o aspecto de brasileiros em profundidade, do ponto de vista psicocultural. Exportador também, o Nordeste tem sido, para as duas sucessivas capitais do Brasil, desde a Independência, daqueles grandes homens, daquelas altas competências, daquelas superiores bravuras que, emigrando, se têm empobrecido a região, por outro lado, têm enriquecido a nação. Dos governos centrais, das capitais do País, pode-se sugerir que o Nordeste lhes tem dado mais do que recebido»³⁵.

Não obstante certo andamento contraditório de seu pensamento, que se enleia no discurso do regionalismo dominante, e apesar de sua exaltação nostálgica, há matéria para reflexão nessa fala de Gilberto Freyre.

Mas afinal, se não existe o brasileiro, existiria o nordestino?

Num velho poema intitulado «Hino Nacional», de seu livro *Brejo das Almas*, Carlos Drummond de Andrade elabora uma série de reflexões e sugestões em tom ufanista e bem humorado de como tornar o Brasil mais pujante e belo, para, na última estrofe, efetuar uma espécie de inversão diabólica em que, como num solilóquio, diz o que pensa a fim de propor árdua indagação final:

³⁵ FREYRE, Gilberto: «O Nordeste visto através do tempo trípico», *Aspectos* – publicação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Fortaleza, 1978, p. 62-68.

Precisamos, precisamos esquecer o Brasil!
Tão majestoso, tão sem limites, tão despropositado,
ele quer repousar de nossos terríveis carinhos.
O Brasil não nos quer! Ele está farto de nós!
Nosso Brasil é no outro mundo. Este não é o Brasil.
*Nenhum Brasil existe. **E acaso existirão os brasileiros?***

Analogicamente, seria legítimo retomar a indagação inicial: de qual dos “Nordestes” e de quais “nordestinos” poderemos falar?

Pensar automaticamente em algo que é representado pela estereotipia das imagens estereotipadas – o martírio secular da terra, Rachel de Queiroz e João Ubaldo, belas praias investidas pela indústria turística, carne seca e paçoca, cangaço e fanatismo, mulatas de Jorge Amado e *Deus e o Diabo na terra do sol*, flagelados e romeiros, jangadas e coqueiros, narrativa popular em verso e forró-de-pé-serra, rendas e labirintos, artesanato e folclore, etc. – é dar conta dessa “realidade”, ou secundar a mesmice de uma invenção a serviço de dispositivos de poder e de saber “superiores” e “modernos”?

Só estaremos aptos a nos livrar dessas representações excludentes, se adotarmos um lugar epistêmico que incorpore a historicidade como condição de existência e compreensão do real, em especial pelas possibilidades que nos proporciona de superar as certezas do dicionário das idéias recebidas.

Fortaleza, 30 de outubro de 2005

Algumas Fontes de Estudo

AA. VV.:

1983 *Nordeste: Reflexão e Debate*. Encontros Culturais 1983. Fortaleza: Edições UFC.

AA. VV.:

1991 *Brasil Norte e Nordeste: estudos em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS.

ABREU, João Capistrano de:

1954 *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4.^a ed., revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu / Livraria Brigueit / INL. 2004 *Caminhos antigos e Povoamento do Brasil*. 8.^a Edição Comemorativa dos 150 Anos de nascimento de C. de Abreu (1853-1927). Apresentação e constituição do texto por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes.

ACCIOLY, Marcus:

1971 *Nordestinados*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE.

AGUIAR, Pinto:

1983 *Nordeste – O Drama das Secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ALBUQUERQUE, Ulysses Lins de:

1989 *Um Sertanejo e o Sertão • Moxotó Brabo • Três Ribeiras*. Reminiscências e episódios do cotidiano no interior de Pernambuco. Belo Horizonte: Itatiaia.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de:

1999 *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Edit. Massangana São Paulo: Cortez.

ALMEIDA, José Américo de:

1980 *A Paraíba e seus Problemas*, 3.^a ed., revista. Introdução de José Honório Rodrigues. Estudos críticos de Jackson de Figueiredo e Josué de Castro. Posfácio de Tarcísio Burity. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado.

ALMEIDA, Fenelon:

1978 *As Vozes da Seca*. Fortaleza: ACL.

ANDRADE, F. Alves de e GALENO, Cândida M^a S.:

1971 *Humanismo Telúrico do Nordeste*. Sínteses interpretativas. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.

ANDRADE, F. Alves:

1973 *Ensaio de Sociologia Rural*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.

ANDRADE, Manuel Correia de:

1973 *A Terra e o Homem no Nordeste*. 3.^a ed. São Paulo: Brasiliense.

1976 *O Planejamento Regional e o Problema Agrário no Brasil*. S. Paulo: Hucitec.

1985a *O Caso do Nordeste Brasileiro*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

1985b *Escravidão e Trabalho "Livre" no Nordeste Açucareiro*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

1985c *A Seca: Realidade e Mito*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

1986 *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática.

AZEVEDO, Thales de:

1981 *Os Brasileiros*. Estudos de "Caráter Nacional". Salvador: Centro Editorial e Didático – UFBa.

ARRAES, Miguel:

1985 *A Democracia e a Questão Nordestina*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

BARBOSA, Ivone Cordeiro:

2000 *Sertão: Um lugar-incomum*. O sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL:

1953 *Planejamento do Combate às Secas*. Estudo elaborado na Assessoria da Presidência da República, como base para o eficiente planejamento da ação contra as secas e da organização econômica do Nordeste. S/ local: BNB – Comissão Incorporadora.

BARROS, Souza:

1967 *Aspectos Sociológicos da Vida Rural Brasileira*. Estudos Brasileiros

- N.º 24. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola – MA.

BARROS, Dr. Paulo de Moraes:

1924 *Impressões do Nordeste Brasileiro*. Conferências realizadas sob os auspícios da Sociedade Nacional de Agricultura, no Rio de Janeiro, e da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo, em 1923. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato & C.

BARROSO, Gustavo:

1923 *O Sertão e o Mundo*. Rio de Janeiro: Editora – a Livraria Leite Ribeiro.
2004 *À Margem da História do Ceará*, 2 vols. 3.ª ed. Fortaleza: ABC.

BASTIDE, Roger:

1959 *Brasil, Terra de Contrastes*. Apresentação de Paulo Duarte. São Paulo: Difel.

1978 *Images du Nordeste Mystique en Noir et Blanc*. «Itinéraire d'un chercheur», introduction, traduction et notes par Charles Beylier. Paris: Pandora/Des Sociétés.

BIBLIOTECA NACIONAL:

1970 *Nordeste Brasileiro*. Catálogo da Exposição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação.

BRASIL – MEC:

1978 *Cultura* (revista: número temático sobre o Nordeste). Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 8, N.º 30, Jul./Dez [Traz artigos sobre artesanato, modernismo, literatura de cordel, arquitetura religiosa, artes, música, cozinha, sertão, etc. Para a temática que nos interessa aqui, destacam-se os artigos de: G. Freyre, «O Nordeste brasileiro: a marca ibérica ou hispânica de sua formação»; Nilo Pereira, «Consciência cultural do Nordeste»; Edivaldo Boaventura, «Abordagens e políticas dos vários Nordestes»].

BRITO, José Valfran de:

1984 *O Tradicionalismo Católico do Nordeste*. Relatório de pesquisa. Aracaju: Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

BURSZTYN, Marcel:

1984 *O Poder dos Donos*. Planejamento e Clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes.

CADERNOS DO NORDESTE:

1977 *Nordeste, Trustes & Cartéis* (Quatro Histórias Exemplares). Ano I, Número 1, Abril. Recife: Editora Alternativa.

CAMARGO, Aspásia:

1993 *Novo Brasil, Novo Nordeste*. Idéias para um debate. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara.

CAMPOS, Marta:

1986 *Colonialismo Cultural Interno: o caso Nordeste*. Fortaleza: BNB.

CAMPOS, Renato Carneiro:

1960 *Arte, Sociedade e Região*. Notas sobre o Movimento Regionalista do Nordeste. Salvador: Progresso Editora.

CARNEIRO, Frei Vito:

1962 *O Homem no Polígono das Secas*. Petrópolis: Vozes.

CARVALHO, José:

1973 *O Matuto Cearense e o Caboclo do Pará*. Contribuição ao folclore nacional. Fortaleza: Imprensa Universitária - UFC.

CARVALHO, Otomar de e Outros (orgs.):

1973 *Plano Integrado para o Combate Preventivo aos Efeitos das Secas no Nordeste*. Série Desenvolvimento Regional N.º 1, abril. Brasília: Ministério do Interior.

CASCUDO, Luís da Câmara:

1956 *Tradições Populares da Pecuária Nordestina*. Documentário da Vida Rural N.º 9. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

1976 *Geografia dos Mitos Brasileiros*, 2.ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros – vol. 52).

CASTRO, Josué de:

1971 *Géographie de la Faim*. Le dilemme brésilien: pain ou acier. Paris: Seuil.

CHILCOTE, Ronald H.:

1991 *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*. S. Paulo: T. A. Queiroz / Edusp.

COHN, Amélia:

1976 *Crise Regional e Planejamento*. (O processo de criação da SUDE-NE). São Paulo: Perspectiva.

CUNNIFF, Roger L.:

1975 «The Birth of Drought Industry: Imperial and Provincial Response to the Great Drought in Northeast Brazil – 1877-1880», *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, Fortaleza, vol. VI, n.ºs 1 e 2: 65-82.

DICK, Hilário Henrique:

1970 *A Cosmovisão do Romance Nordestino Moderno*. Porto Alegre: Ed. Sulina.

DIÉGUES JR., Manuel:

1960 *Regiões Culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC-INEP-CBPE.

DNOCS – BNB:

2004 «Rumo a uma Civilização do Semi-Árido: Um roteiro das idéias produzidas até hoje», número especial da *Revista ConViver Nordeste Semi-Árido*, Vol. I, n.º 4, Out.-Dez. Fortaleza: Edição DNOCS – BNB.

DOMINGOS NETO, Manuel e BORGES, Geraldo A.:

1983 *Seca Seculorum: flagelo e mito na economia rural Piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO.

DUQUE, José Guimarães:

1951 *Solo e Água no Polígono das Sêcas*. 2.ª ed. Fortaleza: DNOCS. ESTUDOS AVANÇADOS – USP:

1997 «Dossiê Nordeste I», vol. 11 – número 29 – Abril. São Paulo: IEA - USP, p. 5-256.

FERNANDES, Yaco:

1977 *Notícia do Povo Cearense*. Apresentação e notas de Otacílio Colares. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra:

1993 *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Edit. Universitária – UFPb.

FIGUEIREDO FILHO, José de:

1958 *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura – Serviço de Informação Agrícola.

FREYRE, Gilberto:

1955 *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: MEC-Serviço de Documentação.

1961 *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 3.^a ed. Ilustrações de Lula Cardoso Ayres e M. Bandeira. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1966 «A Propósito do Cearense: Sugestões em torno de sua Etnia e do seu "Ethos"», *Estudos Universitários*, v. 6, n. 4, out./dez.: 23-37.

1978 «O Nordeste visto através do tempo trípico», *Aspectos*, v. 13. Fortaleza: Secretaria da Cultura, Desporto e Promoção Social do Estado.

FREYRE, Gilberto & Outros:

1979 *Livro do Nordeste*. (Comemorativo do 1.^o centenário do *Diário de Pernambuco*). 2.^a ed., fac-similada. Introdução de Mauro Mota. Prefácio de G. F. Recife: Arquivo Público Estadual.

FROTA, Luciara Silveira de Aragão e:

1985 *Documentação Oral e a Temática da Seca* (Estudos). Col. Lima Barreto, v. 9. Brasília: Senado Federal.

1989 *Empresários e Políticos na Industrialização do Nordeste*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto do Estado.

FURTADO, Celso:

1984 *O Nordeste: Reflexões sobre uma Política alternativa de Desenvolvimento*. Fortaleza: Edições UFC.

GABAGLIA, Giacomo Raja:

1877 *Ensaio sobre Alguns Melhoramentos Tendentos á Prosperidade da Província do Ceará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. [Obra que faz parte dos trabalhos da Comissão Científica de Exploração (1859-1861) criada por D. Pedro II para estudar clima e assuntos correlatos da região].

GIRÃO, Valdelice Carneiro:

1995 *As Oficinas ou Charqueadas no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado.

GOMES, Gustavo Maia:

2001 *Velhas Secas em Novos Sertões*. Continuidade e mudanças na economia do Semi-Árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: Ipea.

GUERRA, Flávio:

1985a *História Colonial*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

1985b *Nordeste – Um século de silêncio (1654-1755)*. 2.^a ed. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

IBGE:

1985 *Atlas Nacional do Brasil – Região Nordeste* [grande formato]. Rio de Janeiro.

JUREMA, Otacílio:

1957 *A Seca no Nordeste*. Rio de Janeiro: MEC – Serv. de Documentação.

LAMARTINE, Oswaldo:

1980 *Sertões do Siridó*. Brasília: Senado Federal.

LANDIM, Teoberto:

1992 *Seca, a Estação do Inferno*. Uma análise dos romances que tematizam a seca na perspectiva do narrador. Col. Alagadiço Novo. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC.

LEITE, Ana Cristina:

1994 *O Algodão no Ceará*. Estrutura fundiária e capital comercial (1850-1880). Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado.

LIMA, Cláudio Ferreira:

2005 «O Ceará da História: Um esboço sobre o Ceará no contexto do Brasil – uma abordagem econômica». In *Anuário do Ceará 2005*. Fortaleza: Edição de O POVO, p. 365-454.

LOURENÇO FILHO, M. B.:

S/d. *Joaseiro do Padre Cícero*. 2.^a ed. São Paulo: Melhoramentos. [1.^a ed. 1926].

MACEDO, Hypérides Pereira de:

1996 *A Chuva e o Chão na Terra do Sol*. São Paulo: Maltese.

MACIEL, Vilma e MAGALHÃES, Célia:

1999 *Nordeste Místico – Império da Fé*. Ensaio sobre manifestações da religiosidade popular no folclore e do sincretismo religioso do Nordeste. Col. Alagadiço Novo. Fortaleza: Casa de José de Alencar – UFC.

MAGALHÃES, Agamenon:

1985 *O Nordeste Brasileiro*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

MAIA, América Fernandes Rosado:

1978 *Análise da Estrutura Econômica e Social de uma Fazenda de Criar durante a Consolidação do Paraciclo Nordestino*. Mossoró: Escola Superior de Agricultura.

MAMEDE, M^a Amélia B.:

1996 *A Construção do Nordeste na Mídia*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado.

MARROQUIM, Mario:

1945 *A Língua do Nordeste* (Alagoas e Pernambuco), 2.^a ed. Prefácio de G. Freyre. Col. Brasiliana, v. 25. São Paulo: CEN.

MARTINS, Roberto *et Al.*:

1977 *Nordeste: Questão Aberta*. Comunicações 19. Recife: PIMES-UFPE.

MEDEIROS FILHO, João e SOUZA, Itamar de:

1983 *Os Degredados Filhos da Seca*. Uma análise sócio-política das secas do Nordeste. Petrópolis: Vozes.

MELO, Evaldo Cabral de:

1984 *O Norte Agrário e o Império (1871-1889)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MELO NETO, João Cabral de:

1976 *Morte e Vida Severina e outros poemas em voz alta*. 8.^a ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.

1985 *Agrestes – poesia (1981-1985)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MELLO, A. da Silva:

1953 *Nordeste Brasileiro*. Estudos e impressões de viagem. Prefácio de E. Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: J. Olympio. (Col. Documentos Brasileiros – v. 73).

MELLO, Frederico Pernambucano de:

1998 *Delmiro Gouveia – desenvolvimento com impulso de preservação ambiental*. Recife: CHESF e FJN-Editora Massangana, 1993.

MENDES, Benedito Vasconcelos:

2003 *Reflexões sobre o Nordeste*. Coleção Mossoroense – série C, v. 1358. Mossoró (RN): Fundação Vingt-um Rosado.

MENEZES, Djacir:

1970 *O Outro Nordeste*. 2.^a ed., refundida e aumentada. Rio: Artenova.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de:

1986 «A Dialética do Rifle e do Rosário: Apontamentos para uma releitura do Cangaço nordestino.» In SILVA, S. Vicente da: *A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste*. Subsídios Históricos. São Paulo: Ed. Paulinas.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de (org.):

2005 *O Pensamento Brasileiro de Clássicos Cearenses*. Fortaleza: Edição do Jornal *O Povo*.

MENEZES, José Rafael de;

1985 *Sociologia do Nordeste*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

MILET, Henrique Augusto:

1989 *A Lavoura da Cana de Açúcar*. Apresentação de Manuel Correia de Andrade. Recife: FUNDAJ – Edit. Massangana.

MIRANDA, M^a do Carmo Tavares de (org.):

1990 *Homem, Terra e Região Tropical*. Anais do V Encontro Regional de Tropicologia – Recife, 1988. Recife: FJN - Editora Massangana.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos:

1980 *Crise Agrária e Luta de Classes*. (O Nordeste brasileiro entre 1850 e 1889). Brasília: Horizonte Editora Ltda.

1981 *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense.

MONTENEGRO, Abelardo F.:

2000 *Psicologia do Povo Cearense*. Col. Alagadiço Novo. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC.

2001 *Interpretação do Ceará*. Col. Alagadiço Novo. Fortaleza: Casa de José de Alencar - UFC.

MOOG, Vianna:

1983 *Uma Interpretação da Literatura Brasileira*. Um Arquipélago Cultural. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Antares/Brasília: INL.

MOTA, Mauro:

1982 *O Cajueiro Nordestino*. Col. Recife, vol. XXIX. Prefácio de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife.

NASCIMENTO, F. S.:

1988 *Quadrilátero da Seca*, 1.º vol. Fortaleza: Stylus Comunicação. 2003 *Fundamentos do Nordeste Agrário*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC.

NAXARA, Márcia Regina Capelari:

1998 *Estrangeiro em sua Própria Terra: Representações do Brasileiro 1870-1920*. São Paulo: Annablume / FAPESP.

NEVES, Fernanda Ivo:

1986 *Fontes para o Estudo da História do Nordeste*. Col. Pernambucana Vol. XX. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico.

NEVES, Frederico de Castro:

1994 *Imagens do Nordeste*. A construção da memória regional. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado.

NEVES, Frederico de Castro *et al.*:

1996 *Nordeste – identidade, imagens e literatura*. Fortaleza: Nudoc-UFC

OCTÁVIO, José;

1985 *Violência e Repressão no Nordeste (1825-1832)*. João Pessoa: Edição Governo do Estado da Paraíba.

O POVO (jornal);

1981 *O Nordeste no Brasil (1981)*. Fortaleza: Suplemento Especial.

PAIVA, Melquíades Pinto e CAMPOS, Eduardo:

1995 *Fauna do Nordeste do Brasil*. Conhecimento científico e popular. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

PAULA, Sergio Góes de & BENJAMIN, Cesar Queiroz:

1986 “... *E o Sertão de todo se Improprizou à Vida...*” – Um estudo sobre a Seca e a Fome no Nordeste. Petrópolis: Vozes.

PENNA, Maura:

1992 *O que faz ser Nordestino*. Identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez.

PEIXOTO, M^a de Fátima V. e MIRANDA, M^a do Carmo T. de (orgs.):

1992 *Tecnologia & Trópico*. Anais do I Simpósio Nacional – São Paulo 1989. Recife: FJN – Editora Massangana.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz:

1930 *“Retrato do Brasil”*. (Pequenos Retoques ao livro de Paulo Prado). Fortaleza: Typ. Minerva de Assis Bezerra.

1937a «Povoamento do Nordeste Brasileiro», *Revista do Instituto (Histórico) do Ceará*, tomo LI, anno 51: 107-162.

1937b «O Homem do Nordeste», *Revista do Instituto (Histórico) do Ceará*, tomo LI, anno 51: 321-388.

QUADROS, Consuelo Novais de S.:

1977 *Formação do Regionalismo no Brasil: Bahia e São Paulo no Século XIX*. Salvador: Centro de Estudos Baianos – UFBa.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de:

1979 *Historiografia do Nordeste*. Col. Monografia 2. São Paulo: Secretaria da Cultura – Divisão de Arquivo do Estado.

RAMOS, Hélio:

1982 *Nordeste, Nação Espoliada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

REGO, José Lins do:

1957 *Presença do Nordeste na Literatura*. Rio de Janeiro: MEC-Serviço de Documentação.

RIBEIRO, João:

1953 *História do Brasil*. (Curso superior), 14.^a ed., revista e completada por Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Livraria São José.

RIBEIRO, Joaquim:

1977 *Os Brasileiros*. Rio de Janeiro: Pallas/Brasília: INL.

RIBEIRO JR., José:

1976 *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. A Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780). São Paulo: Hucitec.

RIBEIRO, Rita de Cássia:

2002 *Eloy de Souza: Sociologia de um Sertanejo*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Natal: Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRN.

ROTT, Renate:

1981 *Der brasilianische Nordosten, 1964-1980 – O Pau-de-Arara*. Heidelberg: Esprint-Duruckerei U. Verlag.

SALDANHA, Nelson:

1985 *Pensamento Social Nordestino*. Recife: Ed. ASA Pernambuco.

SANTOS, Rinaldo dos:

1984 *A Revolução Nordestina – 1. A Epopéia das Secas (1500-1983)*. Recife: Editora Tropical.

SILVA, Janice Teodoro da:

1978 *Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo: Hucitec.

SILVEIRA, Rosa M^a Godoy:

1984 *O Regionalismo Nordestino*. Existência e consciência da desigualdade regional. São Paulo: Editora Moderna.

SIQUEIRA, Baptista:

1978 *Os Cariris do Nordeste*. Rio de Janeiro: Cátedra.

SOLER, Luís:

1978 *As Raízes Árabes na Tradição Poético-Musical do Sertão Nordestino*. Recife: Editora Universitária – UFPE.

SOARES, Renan Monteiro:

1968 *Aspectos Sociológicos da Pecuária Nordestina*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE.

SOUSA, J. Colombo de:

1951 *Recuperação do Nordeste*. (Uma exigência da defesa nacional). Fortaleza: Imprensa Oficial do Estado.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly

1953 *Aspectos da Seca de 1951, no Ceará*. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Geografia. [Separata da *Rev. Bras. de Geografia*].

SUDENE:

S/d. *O Nordeste*. Recife: Departamento de Desenvolvimento Local.

SUDENE – Assessoria Técnica:

1973 *Caráter e Efeitos da Seca Nordestina de 1970*. Recife: SIRAC.

VASCONCELOS SOBRINHO, J.:

1970 *As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização*. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco.

VILLA, Marco Antonio:

2000 *Vida e Morte no Sertão*. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Editora Ática.

ZAIDAN FILHO, Michel;

1999 *O Fim do Nordeste & Outros ensaios*. Recife: Editora Universitária - UFPE.